

# Relatório de Actividades

2015



## DESPACHO

Na sequência da audição realizada junto dos Gabinetes de S.Ex<sup>as</sup> o Ministro Adjunto e o Ministro do Ambiente, e ao abrigo das competências delegadas por S.Ex<sup>a</sup> o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas pelo Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª Série do Diário da República de 16 de fevereiro, homologo a menção de “Desempenho Bom” relativo ao ano de 2015 à CCDR Alentejo, conforme proposto pela Informação PLAV/595/2016, de 16 de junho, da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Transmita-se à CCDR Alentejo e à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Dê-se conhecimento a S.Ex<sup>as</sup> o Ministro Adjunto e o Ministro do Ambiente.

Lisboa, 15 de setembro de 2016

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão



(Nelson de Souza)

# ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>3</b>
<b>I. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO</b>	<b>4</b>
1. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)	4
1.1. Alteração de Objectivos, Indicadores e Metas	4
1.2. Análise dos Resultados e Desvios	7
2. O Plano de Actividades	9
2.1 Avaliação Global das Actividades	9
2.2 Actividades não Previstas no Plano	11
2.3 Alinhamento e Sustentação entre Objectivos do Quar e do Plano de Actividades	12
3. Afectação Real e Prevista dos Recursos (Balanço Social, Relatório Anual de Actividades de Formação na Administração Pública (RAF) e Orçamento	12
3.1 Recursos Humanos	12
3.2 Recursos Materiais	15
3.3 Recursos Financeiros	15
3.4 Programa de Formação	18
3.4.1 Relatório de Formação Profissional 2015	18
4. Satisfação dos Stakeholders Externos	19
5. Satisfação dos Dirigentes Intermédios e demais Trabalhadores	20
6. Avaliação do Sistema de Controlo Interno	22
7. Comparação com o Desempenho de Serviços Idênticos	23
8. Causas de Incumprimento e Medidas para um Reforço Positivo	24
<b>II. OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO</b>	<b>26</b>
1. Publicidade Institucional	26
2. Gestão Patrimonial	26
3. Medidas de Modernização Administrativa	27
<b>III. AVALIAÇÃO FINAL</b>	<b>28</b>
1. Execução Global do Plano e Articulação com o Programa do Governo	28
2. . Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados	29
3. Menção Proposta pelo Dirigente Máximo do Serviço	30
4. Descrição dos Mecanismos de participação e Auscultação dos Stakeholders Internos e Externos	31
5. Conclusões Prospectivas e Plano de Melhorias	32
Anexo I - Alinhamento Objectivos Estratégicos/Objectivos Operacionais/Actividades	35
Anexo II - Balanço Social e Plano de Formação	42

## NOTA INTRODUTÓRIA

No quadro da Lei Orgânica do XXI Governo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de Dezembro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo é um serviço tutelado pelo Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, em coordenação com o Ministro Adjunto, no que diz respeito à relação com as autarquias locais, e com o Ministro do Ambiente, no que respeita à definição de orientações estratégicas e à fixação de objetivos em matérias de ambiente e ordenamento do território.

Com o presente Relatório de Actividades visa-se a “prestação de contas” e a fundamentação da autoavaliação do desempenho durante o ano de 2015, dando também assim cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro e na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro. O ano de 2015 foi marcado fundamentalmente pela necessidade de dar cumprimento a orientações nacionais e comunitárias em termos da gestão e operacionalização de programas de financiamento de políticas públicas de desenvolvimento regional (INALENTEJO, PO ALENTEJO 2020 e POCTEP), bem como na implementação da nova Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, para o que a revisão dos Planos Directores Municipais e dos Planos Especiais de Ordenamento do Território são condição necessária.

No âmbito das funções contínuas de apoio às entidades da administração local, as alterações de contexto, obrigam a que haja sempre uma actualização e empenho nesse apoio, quer no âmbito jurídico, contabilístico/financeiro, quer em acções que visem uma mobilização na modernização e capacitação dos eleitos locais.

Em termos de ambiente, assegurou-se a análise dos Estudos de Impacto Ambiental decorrentes de projectos de investimento, bem como a execução de procedimentos de pós-avaliação de projetos licenciados ou sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), através de vistorias, visitas aos locais ou análise dos relatórios exigidos na legislação em vigor.

Uma referência ainda para uma nova área de intervenção da CCDR Alentejo no domínio da política pública de incentivos à comunicação social, de acordo com Decreto-Lei 24/2015 de 6 de Fevereiro. De salientar ainda as duas reuniões realizadas de cada um dos Órgãos Consultivos da CCDR Alentejo, nomeadamente o Conselho Regional e o Conselho de Coordenação Intersectorial, em que o foco dos seus trabalhos se centrou na ultimização das orientações estratégicas e nos programas de apoio ao desenvolvimento económico e social do Alentejo no horizonte 2020, nomeadamente o Plano de Acção Regional ALENTEJO 2020, a Estratégias Regional de Especialização Inteligente e o Programa Operacional Regional 2014/2020.

A natureza das funções da CCDR exigiu uma forte articulação e parceria com um vasto conjunto de entidades públicas e privadas regionais, o que se constituiu sempre como um referencial de intervenção em 2015.

Em síntese, a CCDR Alentejo teve como objectivo último em 2015 dar cumprimento à sua Missão, no quadro das suas atribuições e competências, contribuindo de forma cada vez mais assertiva para o desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial do Alentejo.

1 Foram também tidas em conta as linhas de orientação estabelecidas pela Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros (SGPCM) e pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e demais legislação avulsa relevante, nomeadamente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 junho, relativa à publicidade institucional.

# I. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO

## 1 - QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO – QUAR

O QUAR constitui-se como o principal suporte e uma ferramenta abrangente para a auto-avaliação das organizações, conforme consta do quadro legislativo referente ao SIADAP, designadamente a Lei nº 66-B/ 2007 de 28 de Dezembro, o Decreto-Lei nº 183/96, de 27 Setembro, bem como as orientações e Notas Técnicas emanadas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Assim, é da análise dos resultados do QUAR que decorre a menção avaliativa proposta pelo dirigente máximo do serviço quanto à auto-avaliação da respectiva organização.

O grau de execução do Plano de Actividades complementa a análise global do desempenho, no quadro do planeamento oportunamente efectuado, constituindo-se igualmente como um contributo relevante para a auto-avaliação da CCDR Alentejo.

Como orientação geral, procurou-se que estes instrumentos de planeamento estratégico organizacional (QUAR e Plano de Actividades para 2015), enquadrassem de forma unitária e complementar os objectivos entre os diversos níveis de gestão, havendo um alinhamento claro entre os mesmos.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização e Plano de Actividades proposto para a CCDR Alentejo para 2015 foram aprovados pela tutela em 16 de Dezembro de 2014.

### 1.1 - ALTERAÇÃO DE OBJECTIVOS, INDICADORES E METAS

A reformulação do QUAR carece de validação prévia da SGPCM e posterior aprovação pela tutela. Os pressupostos que fundamentam a reformulação do mesmo, resultam da conjugação da alínea d) do art. 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com o disposto no ofício Circular 13/GDG/08 da DGAEP.

Na sequência do exercício de monitorização do QUAR 2015 referente ao 2º trimestre de 2015, a CCDR Alentejo apresentou, de forma fundamentada, uma proposta de reformulação, designadamente do Indicador – taxa de antecipação do prazo de decisão no âmbito da gestão de processos de avaliação de impacte ambiental de projectos, referente ao Objectivo Operacional – Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental da Região.

Esta proposta de alteração, sustentada em fundamentos supervenientes durante o ano de 2015 e não susceptíveis de previsão aquando da elaboração do QUAR, não foi no entanto objecto de decisão em tempo útil, pelo que o QUAR que se apresenta e analisa neste Relatório corresponde à versão inicialmente aprovada pela tutela.

## QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

ANO : 2014

Ministério: Presidencia do conselho de Ministros\_Secretaria Geral

**Designação do Serviço: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**

**Missão:** «A CCDR Alentejo tem como missão executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis. A CCDR Alentejo deve ainda assegurar a gestão dos fundos estruturais do Programa Operacional regional no contexto da política de coesão da U.E. e a dinamização da cooperação inter-regional e transfronteiriça»

### Objectivos estratégicos (OE):

#### DESIGNAÇÃO

- OE 1: Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial  
 OE 2: Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outros investimentos públicos.  
 OE 3: Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados  
 OE 4: Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações  
 OE 5: Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional.  
 OE 6: Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.

### Objectivos Operacionais

**Eficácia** **40,0**

01 Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região <span style="float: right;">Peso: 50%</span>										
INDICADORES	2013	2014	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	Resultado 31-12-15	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFI-CAÇÃO
1 Taxa de antecipação do prazo de decisão no âmbito da gestão de processos de avaliação de impate ambiental de projetos			20%	5%	40%	40%		23%	100%	Atingiu
2 Taxa de verificações no local na sequência de reclamações/denúncias recebidas em matéria de ambiente/ordenamento do território			90%	5%	100%	30%		95%	100%	Atingiu
3 Índice de decisões de processos de contraordenação no âmbito das infrações ambientais			30%	3%	37%	30%		34%	114%	Superou
02 Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial <span style="float: right;">Peso: 50%</span>										
INDICADORES	2013	2014	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	Resultado 31-12-15	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFI-CAÇÃO
4 Nº de dias para apresentação de proposta para operacionalização de um quadro sintético de monitorização da evolução das dinâmicas regionais no âmbito do Portugal 2020			121	10	90	60%		120	100%	Atingiu
5 Nº de Boletins "Alentejo Hoje – Políticas Publicas e Desenvolvimento Regional"	3	4	3	0	4	40%		4	125%	Superou

**Eficiência** **30,0**

03 Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região <span style="float: right;">Peso: 50%</span>										
INDICADORES	2013	2014	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	Resultado 31-12-15	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFI-CAÇÃO
6 Taxa de apreciação de candidaturas no novo Programa Operacional Regional 2014-2020			80%	10%	100%	100%		71%	100%	Atingiu
04 Melhorar a gestão do território mediante a aplicação dos respetivos instrumentos de gestão <span style="float: right;">Peso: 50%</span>										
INDICADORES	2013	2014	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	Resultado 31-12-15	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFI-CAÇÃO
7 Índice de pareceres emitidos no âmbito de apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de Instrumentos de Gestão Territorial			85%	5%	100%	70%		90%	100%	Atingiu
8 Nº de dias para elaboração de relatório regional sobre os resultados obtidos em 2014, quanto ao apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de IGT			31	5	20	30%		35	100%	Atingiu

**Qualidade** **30,0**

05 Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente e desenvolvimento regional <span style="float: right;">Peso: 40%</span>										
INDICADORES	2013	2014	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	Resultado 31-12-15	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFI-CAÇÃO
9 Número de conferências/ações de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional			10	3	15	60%		13	100%	Atingiu
10 Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização			13%	4%	21%	40%		13%	100%	Atingiu

### OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES:

- 01 Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região  
 02 Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial  
 05 Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente e desenvolvimento regional

**NOTA EXPLICATIVA**

O Mapa de pessoal aprovado contempla a estrutura do Programa Operacional Regional – INALENTEJO

**Recursos Humanos**

Designação	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	160	120	-40
Dirigentes - Direcção Intermédia e Chefes de Equipa	16	304	272	-32
Técnico superior - (inclui especialistas de Informática)	12	960	1128	168
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistente técnico - (inclui técnicos de informática)	8	424	368	-56
Assistente operacional	5	65	55	-10
<b>Total</b>		<b>1931</b>	<b>1961</b>	<b>30</b>

**Recursos Financeiros**

Designação	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	4.160.150	3.731.722	-428.428
Despesas com Pessoal	3.839.700	3.500.008	-339.692
Aquisição de Bens e Serviços	256.591	217.049	-39.542
Outras Despesas Correntes	63.859	14.665	-49.194
PIDDAC	3.496.029	2.825.754	-670.275
Outros valores	0	0	0
<b>Total (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>7.656.179</b>	<b>6.557.476</b>	<b>-1.098.703</b>

**Indicadores\_ Fonte de Verificação**

- ind.1 - Quadro de monitorização de processos (entradas/saídas)
- ind.2 - Registos no Sistema de Gestão Documental (DSF)
- ind.3 - Base de dados da DAJ
- ind.4 - Sistema de gestão documental
- ind.5 - Boletins elaborados
- ind.6 - Sistema de Informação (Balcão Único 2020)
- ind.7 - Arquivo de processos
- ind.8 - Relatório no SGD
- ind.9 - Documento de divulgação com o programa das ações realizadas e respetivo registo de inscrições
- ind.10 - registo de atas das conferências / ações de sensibilização

## 1.2 - ANÁLISE DOS RESULTADOS E DESVIOS

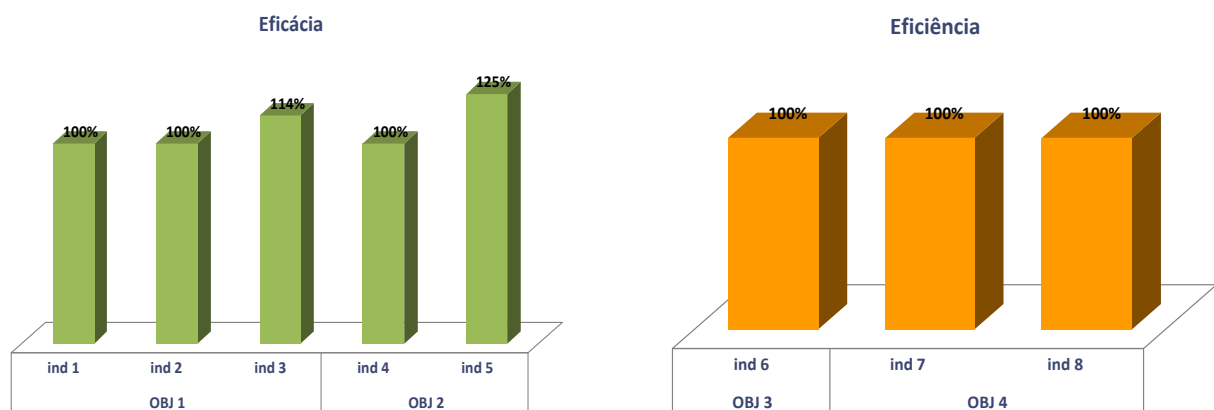
O QUAR de 2015 inclui 5 Objectivos Operacionais desagregados em 10 indicadores de avaliação, cujo ponto de partida são os 6 Objectivos Estratégicos que formatam o foco das intervenções e informam as actividades a desenvolver pela CCDR, pelo que a análise do desempenho assenta fundamentalmente naquelas opções, tendo igualmente os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis como suporte dos resultados alcançados.

Dos dez indicadores, oito foram cumpridos e dois superados, sendo que um dos indicadores atingiu o respectivo ponto crítico (taxa de execução de 125%), considerando-se por isso que o planeamento estratégico consubstanciado no QUAR para o ano de 2015 foi adequado à realidade que importava abordar.

Esta situação traduziu-se de forma quantitativa numa taxa de execução do QUAR de 102,9%.

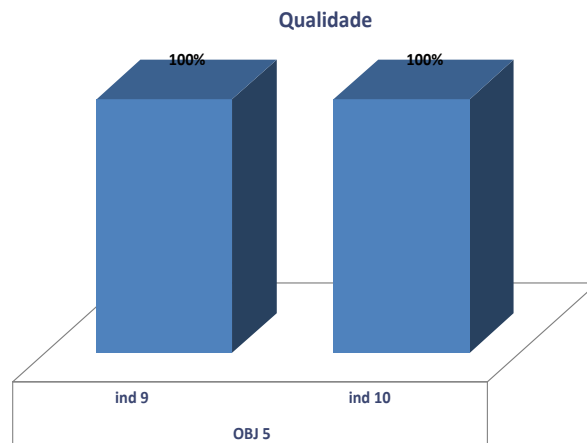
No que respeita à taxa de execução, por natureza de objectivos operacionais, os resultados foram:

- ◆ Eficácia: 107,1%, para o que concorreram as taxas de execução de 104,3% e 110% para os Objectivos Operacionais “Contribuir para a melhoria ambiental da Região” e “Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial”, respectivamente.
- ◆ Eficiência: 100%, para o que concorreram as taxas de execução de 100% dos Objectivos Operacionais “Optimizar a aplicação dos fundos comunitários” e “Melhorar a gestão do território mediante a aplicação dos respectivos instrumentos de gestão”
- ◆ Qualidade: 100%, para o que concorreu o Objectivo Operacional “Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, do ambiente e do desenvolvimento regional”, com uma taxa de execução de 100%



No que respeita à taxa de realização dos objectivos operacionais relevantes, dois foram superados: Objectivo 01 – “Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região”-104,3 % e Objectivo 02 – “Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial” – 110,0%. Já quanto ao Objectivo 05 – “Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente e desenvolvimento regional”, a taxa de execução registada é de 100,0 %.





O presente QUAR apenas tem um indicador com histórico, designadamente o indicador 05 - “Nº de boletins Alentejo Hoje - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, em que, face ao ano anterior não é possível ultrapassar os valores já alcançados, dado que a emissão do Boletim é de periodicidade trimestral.

Parâmetros	Objectivos	Desvios %	Tendência
Eficácia	Objectivo1	4,3%	↑
	Objectivo2	10,0%	↑
Eficiência	Objectivo3	0,0%	↔
	Objectivo4	0,0%	↔
Qualidade	Objectivo5	0,0%	↔

### PARAMETROS

AVALIAÇÃO GLOBAL		
Eficácia	Eficiência	Qualidade
<b>Ponderação</b> 40	<b>Ponderação</b> 30	<b>Ponderação</b> 30
107,1%	100,0%	100,0%

AVALIAÇÃO FINAL DA CCDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
102,9%		

## 2 - PLANO DE ACTIVIDADES

### 2.1 - AVALIAÇÃO GLOBAL DAS ACTIVIDADES

O desempenho global da CCDRA, medido através do grau de concretização do Plano de Actividades por parte de todas as Unidades Orgânicas, situou-se nos 109,1 %, o que se considera um resultado compatível com a satisfação dos stakeholders externos e dos colaboradores, no quadro do planeamento estratégico organizacional efectuado (QUAR e PA para 2015).

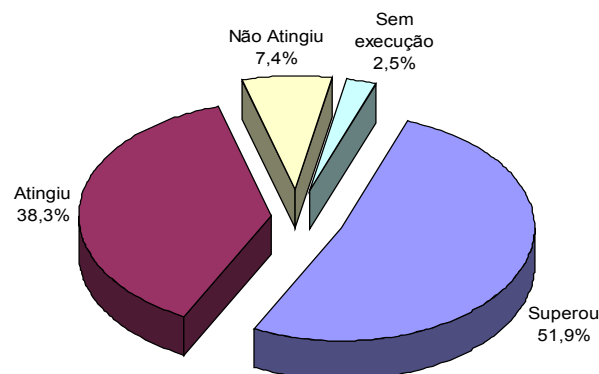
A avaliação das actividades na sua globalidade evidencia um grau de superação de 51,9%, o que decorre de uma gestão operacional centrada nos objectivos e nos indicadores definidos e que conta com o empenho de todos os colaboradores, dirigentes e não dirigentes, da CCDD Alentejo. Este grau de superação é mesmo superior ao verificado em 2014 e se analisado conjuntamente com a percentagem de actividades que “apenas” atingiram as respectivas metas (38,3%), revela um grau de execução das actividades programadas superior a 90%.

Em seis actividades (7,4 %) não foi possível alcançar a respectiva meta e em mais duas não houve qualquer execução, sendo que para estas ultimas houve motivos substantivos supervenientes e externos às unidades orgânicas responsáveis pela sua execução para que tal ocorresse. Já quanto às actividades que ficaram àquem das respectivas metas, foram fundamente constrangimentos ao nível da insuficiência de recursos humanos que justificam tais resultados.

#### AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

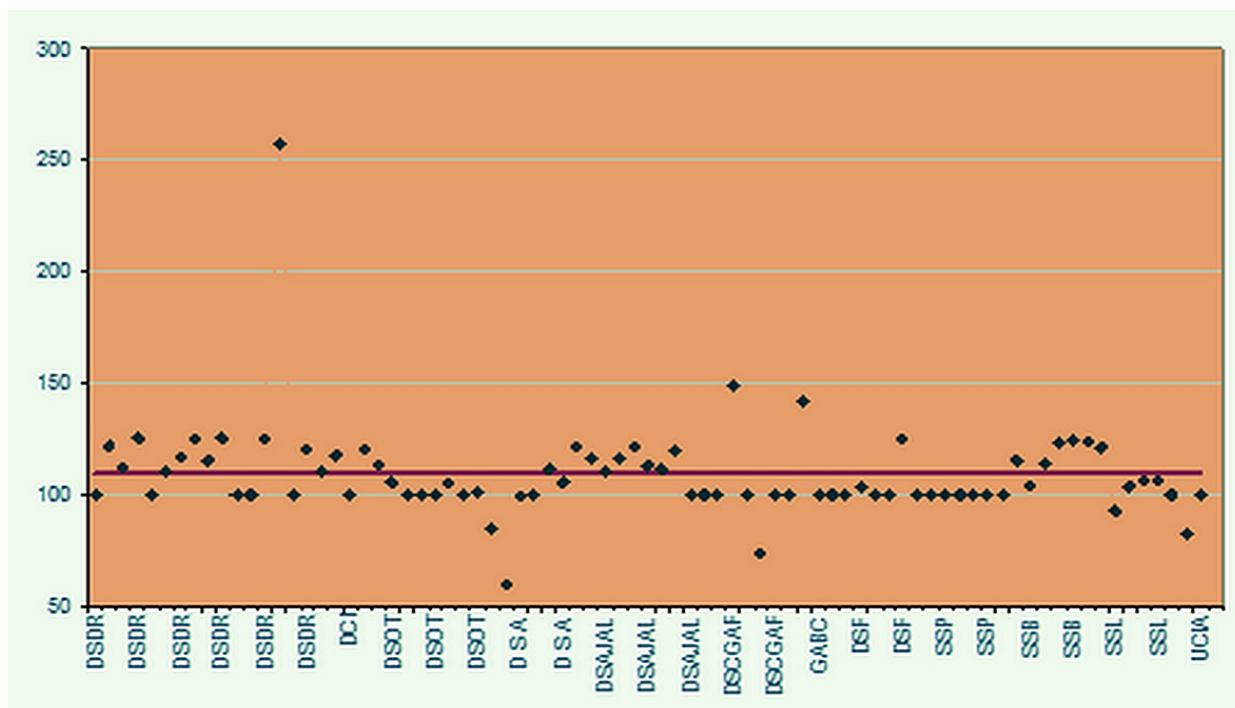
Avaliação	DSDR	DCI	DSOT	D S A	DSAJAL	DSCGAF	GABC	DSF	SSP	SSB	SSL	INALENTEJO	UCIA	CCDRA	CCDRA (%)
Superou	12	3	3	2	8	2	0	2	0	6	4	0	0	42	51,9
Atingiu	5	1	4	1	2	4	3	2	7	0	0	1	1	31	38,3
Não Atingiu	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	1	1	0	6	7,4
Sem execução	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2,5
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>81</b>	<b>100</b>
<b>Avaliação Média</b>	<b>121,4</b>	<b>112,5</b>	<b>99,5</b>	<b>95,1</b>	<b>112,8</b>	<b>109,0</b>	<b>100,0</b>	<b>106,9</b>	<b>100,0</b>	<b>117,4</b>	<b>105,8</b>	<b>90,9</b>	<b>100,0</b>	<b>109,1</b>	
<b>Desvio Médio</b>	<b>18,0</b>	<b>6,3</b>	<b>3,7</b>	<b>14,0</b>	<b>6,1</b>	<b>20,5</b>	<b>0,0</b>	<b>9,0</b>	<b>0,0</b>	<b>6,4</b>	<b>6,0</b>	<b>9,1</b>	<b>0,0</b>	<b>12,4</b>	
<b>Desvio Padrão</b>	<b>37,2</b>	<b>8,9</b>	<b>6,4</b>	<b>20,2</b>	<b>7,9</b>	<b>26,5</b>	<b>0,0</b>	<b>12,1</b>	<b>0,0</b>	<b>8,0</b>	<b>9,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>21,5</b>	

#### GRAU DE EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES



O gráfico anterior evidencia alguma homogeneidade no grau de concretização das actividades no seu todo, sendo que o desvio padrão verificado (21,5%) ainda se considera significativo, embora inferior ao verificado em 2014 (24%), o que se constitui como um desafio para melhorar o planeamento estratégico para 2016 e a respectiva monitorização.

### DISPERSÃO DAS ACTIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA



Através do conjunto de tabelas seguinte, pode ser observada a linearidade da estratégia definida e a coerência entre Plano e Relatório de Actividades.

Houve um conjunto de indicadores que não tiveram qualquer execução por motivos externos à CCDR Alentejo, conforme consta no quadro seguinte.

Actividades Planeadas, Executadas e não Executadas		
Actividades	Valor	%
Actividades Planeadas	81	100
Actividades Executadas	79	97,5
Actividades Não Executadas (*)	2	2,47
<b>Grau de concretização do Plano (%)</b>		<b>97,5</b>
(*) Actividades não Executadas:		
(1) Dinamização do Pacto para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social A implementação do PORTUGAL 2020 processou-se de forma a que não fosse considerada oportuna a implementação desta actividade.		
(2) Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares Esta actividade dependia exclusivamente de iniciativas externas que não ocorreram		

Indicadores /Taxa de Realização		
Indicadores	Valor	%
Total Indicadores	152	100,0
Com Taxa de Realização Superior a 125% (*)	5	3,3
Com Taxa de Realização Inferior a 125%	147	96,7
<b>(*) Indicadores com Taxa de Realização Superior a 125%</b>		<b>3,3</b>
Prazo para apresentação de Plano de Acção	130,8	DSOT
Nº de dias para a concretização da transição	141,7	DSCGAF
Taxa de compromisso do novo POR	144,6	INALENTEJO
Prazo para monitorização semestral do PA	390,0	DSDR
Prazo para elaboração do mapa do Programa de Gestão do Património Imobiliário	196,4	DSCGAF

Taxa de Execução dos Indicadores com Histórico – Evolução 2014/2015		
Indicadores	Avaliação 2014	Avaliação 2015
Boletins editados	125	125
Prazo para monitorização trimestral do QUAR	100	125
Prazo para elaboração do Relatório de Actividades e Auto-avaliação de 2014	92	100
Taxa de classificação e catalogação dos documentos recebidos (em qualquer formato)	125	117
Taxa de execução	124	125
Taxa de antecipação do prazo de decisão no âmbito da gestão de processos de avaliação de impacte ambiental de projectos	125	100
Índice de resposta de pareceres jurídicos às autarquias locais e suas associações	115	100
Nº de notas de imprensa enviadas.	128	100
Taxa de verificações no local na sequência de reclamações/denúncias recebidas em matéria de ambiente/ordenamento do território	100	100
Taxa de execução financeira do PO (encerramento do actual Quadro Comunitário)	96	100
Prazo para monitorização semestral do PA	78	390
Actualização trimestral do site da CCDR	123	100
Nº de notas de imprensa publicadas na Comunicação Social nacional.	100	100

A análise dos indicadores com histórico evidencia que, comparativamente com 2014, não ocorreram situações de desempenho inferiores a 100%.

A única situação em que se observa uma forte disparidade no resultado comparado é no indicador “Prazo para monitorização semestral do PA” - (390%), o que decorre do facto da CCDR, em sede de planeamento prever uma monitorização semestral ao Plano de Actividades em que o Relatório seguiria uma metodologia mais fina do que aquela que teve que ser adoptada para dar cumprimento à posterior orientação da SGPCM, que passou a prever esta monitorização em simultaneidade com a monitorização do 2º trimestre do QUAR.

## 2.2 - ACTIVIDADES NÃO PREVISTAS NO PLANO

Pelo Despacho nº 28-PRE/2015 de 19 de Maio foi criado internamente o Grupo para os Incentivos do Estado à Comunicação Social (GICS), como forma de dar cumprimento ao previsto no Decreto-Lei nº 24/2015 de 6 de Fevereiro, através do qual são cometidas à CCDR Alentejo competências no âmbito dos regimes de incentivos à Leitura de Publicações Periódicas (RILPP) e do Estado à Comunicação Social (RIECS).

As actividades assim desenvolvidas não estavam previstas em Plano e consubstanciaram-se fundamentalmente na divulgação regional deste novo enquadramento regulamentar de apoio aos órgãos de comunicação social, bem como à capacitação dos seus agentes enquanto beneficiários destes regimes.

## 2.3 - ALINHAMENTO E SUSTENTAÇÃO ENTRE OBJECTIVOS DO QUAR E DO PLANO DE ACTIVIDADES

Além do alinhamento entre objectivos do QUAR e do Plano, representado na tabela abaixo, apresenta-se também o alinhamento das actividades com os respectivos objectivos estratégicos e por sua vez com as operacionais constante das tabelas do anexo nº 1.

### ALINHAMENTO E SUSTENTAÇÃO ENTRE OBJECTIVOS DO QUAR E DO PLANO

Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades					
OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região	OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	OE 5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos
Objectivos Operacionais do Plano de Actividades					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial (</li> <li>Desenvolver iniciativas de análise e de reflexão estratégica de base regional sobre o desenvolvimento económico, social e territorial</li> <li>Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial</li> <li>Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional, no quadro das opções de desenvolvimento assumidas pela Região para 2020</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a gestão optimizada dos fundos comunitários da Região referentes ao período de programação 2007-2014</li> <li>Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros</li> <li>Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região</li> <li>Melhorar a gestão do território mediante a aplicação dos respectivos instrumentos de gestão</li> <li>Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar a actividade da administração local com vista ao técnico à formulação de novas políticas</li> <li>Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a cooperação transnacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inovar nos processos de gestão interna</li> <li>Melhorar a comunicação interna e externa</li> <li>Melhorar a gestão organizacional</li> </ul>

Objectivos Operacionais do QUAR

## 3 - AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS (BALANÇO SOCIAL, RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (RAF) E ORÇAMENTO

### 3.1 - RECURSOS HUMANOS

Conforme se constata no QUAR e de acordo com os pontos fixados pelo CCAS em cada cargo/carreira profissional, os recursos humanos planeados totalizavam 1931 pontos, tendo a execução atingido 1961, pelo que se verificou um desvio positivo de 30 pontos. Este acréscimo corresponde a um saldo entre 4 saídas de efectivos e 5 admissões havendo o acréscimo efectivo de 1 trabalhador, a que corresponde uma taxa de execução de 101,55%.

As situações de aposentação constituem-se como o principal factor de redução de efectivos, enquanto que nas admissões o factor principal diz respeito a processo de mobilidade interna.

### Variação de efectivos - 2015

<b>Saídas</b>	<b>HM</b>	<b>%</b>
Aposentação	2	50,0
Outros motivos	2	50,0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>
<b>Admissões</b>	<b>HM</b>	<b>%</b>
Comissão de Serviço	1	20,0
Mobilidade interna	4	80,0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>
<b>Efectivos</b>	<b>HM</b>	<b>%</b>
1 de Janeiro de 2015	175	
31 de Dezembro de 2015	176	
<b>Alteração em 2015</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>

Para melhor concretizar a situação dos recursos humanos no ano 2015, e conforme se constata no Balanço social, em anexo, a estrutura orgânica da CCDR Alentejo conta com 176 colaboradores. Destes, (i) 122 têm Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (69%), (ii) 32 têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (18%) e (iii) 22 encontram-se em regime de Comissão de Serviço/Substituição/Gestão Corrente (13%). Há ainda a considerar duas trabalhadoras em regime de tarefa, sendo que uma está a exercer funções no Serviço Sub-regional de Beja e a outra no de Portalegre.

A repartição de género dos recursos humanos apresenta uma maioria para as mulheres, mais 18 elementos, que viram a sua proporção acrescida desde o último ano, (54.3 vs. 55.1%, em 2014 e 2015, respectivamente).

### Efectivos Segundo o Sexo

<b>Sexo</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Homens	79	44,9
Mulheres	97	55,1
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>100,0</b>

A estrutura etária dos recursos humanos caracteriza-se por uma elevada idade média (51.5 anos), com tendência crescente, evidenciando um valor ligeiramente menor nos homens (51.3 vs 51,6 anos). Em termos gerais, a maior ocorrência regista-se nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos, com 25.6% dos efectivos, ou seja, 45 pessoas.

## Efectivos segundo a estrutura etária

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
25-29 anos	0	0,0	0	0,0		0,0
30-34 anos	2	2,5	2	2,1	4	2,3
35-39 anos	7	8,9	4	4,1	11	6,3
40-44 anos	10	12,7	16	16,5	26	14,8
45-49 anos	13	16,5	14	14,4	27	15,3
50-54 anos	18	22,8	27	27,8	45	25,6
55-59 anos	16	20,3	20	20,6	36	20,5
60-64 anos	12	15,2	13	13,4	25	14,2
65-69 anos	1	1,3	1	1,0	2	1,1
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100,0</b>	<b>97</b>	<b>100,0</b>	<b>176</b>	<b>100,0</b>
<b>Idade Média (anos)</b>	<b>51,3</b>		<b>51,6</b>		<b>51,5</b>	

A estrutura das qualificações aponta para um elevado grau de qualificações profissionais, com preponderância para a carreira técnica superior (52.3%), seguida a distância considerável pelos assistentes técnicos (21.6%), tendo o grupo dos técnicos superiores aumentado em percentagem face ao ano anterior, o que representa uma melhoria no índice de tecnicidade da CCDR Alentejo. O grupo dos dirigentes intermédios (9.7%) cresceu ligeiramente face a 2014 (0.6%).

De realçar a preponderância do sexo masculino ao nível do grupo dos dirigentes, com uma representação muito significativa nos dirigentes superiores, onde em 6 lugares apenas um é assegurado por mulher. No que respeita aos dirigentes intermédios a percentagem de homens e mulheres é de 58,8% e 41,2%, respectivamente.

## Distribuição dos Recursos Humanos por Grupo Profissional

Efectivos por grupo profissional	M	F	Total
Dirigente Superior	5	1	6
Dirigente Intermédio	10	7	17
Técnico Superior	40	52	92
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	11	27	38
Vigilante da Natureza	3	1	4
Assistente Operacional	5	6	11
Informático	5	1	6
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>97</b>	<b>176</b>

### 3.2 - RECURSOS MATERIAIS

A CCDRA ocupa os seguintes edifícios: (i) o Edifício Sede (Évora) c/ 8.800m<sup>2</sup>, (ii) o Edifício Serviços Sub-regionais de Beja c/ 820m<sup>2</sup>, (iii) o Edifício Serviços Sub-regionais de Portalegre c/ 130m<sup>2</sup> e o Edifício dos Serviços Sub-regionais do Litoral (Santo André) c/ 1950m<sup>2</sup>

Apraz referir a centralidade dos Edifícios que servem os Serviços Sede e os Serviços Sub-regionais (SSR) de Beja e Portalegre. No que concerne a áreas ocupadas é de mencionar que o Edifício Sede e o dos SSR Portalegre apresentam uma relação de equilíbrio entre as áreas ocupadas e o nº de trabalhadores que as ocupa. No que se refere ao SSR Beja e ao SSR Litoral as áreas dos edifícios ultrapassam as necessidades dos Serviços.

Quanto ao edifício sede, localizado na Av Eng<sup>o</sup> Arantes e Oliveira, 193 em Évora, tem o 1º piso totalmente ocupado pelos serviços inerentes ao funcionamento das diversas unidades orgânicas, o rés do chão, repartido pelos serviços administrativos e pelos serviços regionais da APA e o 2º andar ocupado pela Presidência e a estrutura do PO Regional do Alentejo.

A DSCGAF assegura o suporte a toda a infra-estrutura informática, nomeadamente a rede informática, servidores, e demais equipamentos informáticos, bem como o apoio técnico às aplicações informáticas e à manutenção e actualização dos conteúdos das páginas web e do site.

Todos os postos de trabalho estão equipados com computador, alguns deles portáteis, que de um modo geral estão adequados às necessidades que servem, tendo-se vindo a seguir uma política de substituição/actualização sistemática e progressiva.

O Centro de Dados encontra-se localizado fora do edifício da CCDR, em espaço que reúne todos os requisitos físicos e especificações técnicas para a plena segurança da informação.

O parque automóvel é constituído por 16 viaturas e caracteriza-se fundamentalmente pelo seu elevado numero de anos (só uma viatura tem menos de 10 anos) e pelo elevado número de kms percorrido (nalguns casos acima de 500 000Km e outros mesmo acima de 1 000 000 Kms)

### 3.3 - RECURSOS FINANCEIROS

No ano de 2015 o orçamento total aprovado foi de 7.656 M€, tendo o valor executado totalizado 6.557M€, pelo que se verificou que a despesa foi inferior em 1.099 M€ face ao previsto.

O maior peso da despesa no orçamento de funcionamento incide sobre a rubrica Despesas com Pessoal, que corresponde a cerca de 94% do orçamento de funcionamento e a 53% do total do orçamento, dado o peso de 43% das despesas de PIDDAC na despesa total.

Relativamente aos desvios das despesas efectivas face ao orçamento planeado, é de referir também a rubrica Despesas com Pessoal, como sendo a rubrica onde o desvio no orçamento de funcionamento, se tornou mais evidente (-339.692 euros), correspondendo a 31% do desvio total. Ainda no orçamento de funcionamento, também a Aquisição de Bens e Serviços e Outras Despesas Correntes tiveram desvios negativos de 39.542 euros e 49.194 euros, respectivamente. O desvio na rubrica Despesas com Pessoal deve-se fundamentalmente a saídas (não previstas)



Recursos Financeiros	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	4.160.150	3.731.722	-428.428
Despesas com Pessoal	3.839.700	3.500.008	-339.692
Aquisição de Bens e Serviços	256.591	217.049	-39.542
Outras Despesas Correntes	63.859	14.665	-49.194
PIDDAC	3.496.029	2.825.754	-670.275
Outros valores	0	0	0
<b>Total (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>7656179</b>	<b>6557476</b>	<b>-1098703</b>

Unidade: euros

Despesas Correntes tiveram desvios negativos de 39.542 euros e 49.194 euros, respectivamente. O desvio na rubrica Despesas com Pessoal deve-se fundamentalmente a saídas (não previstas) em Dezembro de 2014 de 13 trabalhadores para aposentação (após elaboração do orçamento para 2015, mas saídas reflectidas no relatório de 2014) e outros já em Janeiro de 2015 (reflectidos no capítulo de recursos humanos deste relatório) com vencimentos bastante mais elevados do que o vencimento dos trabalhadores que entretanto foram admitidos e, ainda a lugares de direcção superior que vagaram e não foram preenchidos.

De referir ainda que a componente de bens e serviços registou um saldo negativo significativo de corrente de procedimentos concursais, já cabimentados, que foram objecto de pedidos de parecer prévio à AMA e SEAP, não tendo estes sido concretizados antes do final de Dezembro, o que motivou a transição do cabimento para 2016 e conseqüente saldo em 2015.

Quanto a outras despesas correntes, o desvio resultou de uma gestão rigorosa dos recursos financeiros disponíveis.

O PIDDAC teve um desvio negativo de 670.275 euros, correspondendo a 61% do total do saldo, pois estava previsto em orçamento um conjunto de projectos que seriam objecto de candidaturas comunitárias aos Programas Operacionais integrados no Portugal2020. Estas candidaturas acabaram por não se concretizar na sua globalidade, dado o ano de 2015 ter sido um ano de transição de Quadro Comunitário e não terem sido abertos pelas respectivas Autoridades de Gestão os necessários avisos de concurso.

Ao longo do ano, a dinâmica orçamental pode sintetizar-se no quadro seguinte, em que a coluna "Orçamento Corrigido" consolida todas as anulações e reforços ocorridos.

Recursos Financeiros	Planeados	Orçamento Corrigido	Reforços/anulações
Orçamento de Funcionamento	4.160.150	5.656.285	1.496.135
Despesas com Pessoal	3.839.700	5.392.693	1.552.993
Aquisição de Bens e Serviços	256.591	243.359	-13.232
Outras Despesas Correntes	63.859	20.233	-43.626
PIDDAC	3.496.029	5.094.823	1.598.794
Outros valores	0	0	0
<b>Total (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>7.656.179</b>	<b>10.751.108</b>	<b>3.094.929</b>

Unidade: euros

A grande diferença entre o orçamento planeado e o corrigido decorre de uma orçamentação excessiva de receitas próprias, revelando-se o volume efectivo de receitas mais próximo do orçamento Planeado que do Corrigido.

Quanto às receitas, podem ser sintetizadas na tabela seguinte:

<b>Funcionamento</b>	<b>3.731.722</b>
Transferências do OE	2.547.001
Receitas Comunitárias	59.472
Receitas Próprias	1.125.249*
<b>PIDDAC</b>	<b>4.097.725</b>
Orçamento do Estado	515.287
Receitas Comunitárias	3.582.438
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>7.829.447</b>

Unidade: euros

	<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>
	7.829.447	6.557.476
Saldo		1.271.971
Total	7.829.447	7.829.447

Unidade: euros

Relativamente às fontes de financiamento da despesa, pode concluir-se que as transferências do Orçamento de Estado, cobriram 47% da despesa efectiva, sendo a maioria do PIDDAC financiado por receitas comunitárias. As receitas próprias correspondem a cerca de 14% da receita global.

Ao analisarmos a evolução da despesa, verifica-se um decréscimo de 2013 para 2014, nomeadamente nas despesas relativas a remunerações, devido às medidas aplicadas transversais à administração pública, sendo que o PIDDAC revela um pequeno acréscimo, com ligeira tendência decrescente em 2015. A despesa total, em 2015 revela um acréscimo de cerca de 50 000€ face a 2014, mantendo-se ainda inferior a 2013.

<b>DESPESA</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Orçamento de Funcionamento Geral</b>			
Remunerações certas e permanentes	3.335.357	2.570.696	2.771.295
Abonos variáveis ou eventuais	43.116	115.615	46.184
Segurança Social	922.843	714.771	682.529
Aquisição de bens	47.137	29.979	33.983
Aquisição de serviços	297.819	199.712	179.538
Transferências correntes	9.670	6.666	11.246
Outras despesas correntes	3.899	4.339	3.419
Reserva	0	0	0
Aquisição de bens de capital	12.462	7.639	3.528
<b>Total do Orçamento de Funcionamento (1)</b>	<b>4.672.303</b>	<b>3.649.417</b>	<b>3.731.722</b>
<b>Total do Orçamento PIDDAC (2)</b>	<b>2.025.136</b>	<b>2.858.056</b>	<b>2.825.754</b>
<b>TOTAL GERAL (1+2)</b>	<b>6.697.439</b>	<b>6.507.473</b>	<b>6.557.476</b>

Unidade: euros

### 3.4 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO

#### 3.4.1 - RELATÓRIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2015

O Plano de Formação da CCDRA para o ano de 2015 foi elaborado no final do ano de 2014, na sequência do respectivo levantamento de necessidades. O Plano incluía 6 acções de formação, tendo sido cumprido praticamente na totalidade. É de referir que a formação da área de ordenamento do território foi substituída por outra e a formação da área de informática não foi realizada, podendo concluir-se que o Plano teve uma taxa de realização de cerca de 83%. Numa perspectiva de contenção de despesa, os formadores previstos eram essencialmente formadores internos e o público-alvo seriam os Quadros Dirigentes, os Técnicos Superiores, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais, tendo como especial característica a abrangência a todos os grupos profissionais que exercessem funções nesta CCDRA. O número de formandos previstos era de 96, tendo frequentado as acções cerca de 95, o que representa uma taxa de participação de cerca de 99%.

No entanto, 97 trabalhadores da CCDRA participaram em 44 acções de formação promovidas por outras entidades, o que correspondeu a uma despesa de 6 935,25 euros. No total, 122 trabalhadores dos 176 efectivos, frequentaram 49 acções de formação em 220 participações, o que na totalidade corresponde a uma taxa de participação global de 69,31%. Efectivaram-se se 564 horas de formação e o correspondente volume de formação de 3300 horas. O relatório de Formação, consta do anexo ao presente documento.

#### Participantes em Acções de Formação por Grupo Profissional e por Género

Quadro/carreira/grupo	Género				Total		Taxa de Participação (2)/(1)*100
	Masculino		Feminino		E (1)	P (2)	
	E	P	E	P			
Dirigente Superior de I Grau	1	0	0	0	1	0	0%
Dirigente Superior de II Grau	1	1	0	0	1	1	100%
Vogal Executivo	1	0	0	0	1	0	0%
Secretário Técnico	2	1	1	0	3	1	33,33%
Dirigente Intermédio de I Grau	3	3	2	2	5	5	100%
Dirigente Intermédio de II Grau	7	5	5	5	12	10	83,33%
Coordenador	1	1	3	3	4	4	100%
Técnico Superior	39	29	49	40	88	69	78,40%
Especialista de Informática	2	2	0	0	2	2	100%
Coordenador Técnico	0	0	2	1	2	1	50%
Assistente Técnico	11	6	27	13	38	19	50%
Técnico de Informática	3	1	1	0	4	1	25%
Vigilante da Natureza	3	3	1	1	4	4	100%
Assistente Operacional	5	2	6	3	11	5	45,45%
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>54</b>	<b>97</b>	<b>68</b>	<b>176</b>	<b>122</b>	<b>69,31%</b>

E - Nº de efectivos em 1 de Janeiro de 2015

P - Nº de participantes em Acções de formação

#### 4 - SATISFAÇÃO DOS STAKEHOLDERS EXTERNOS

De acordo com o previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 15 da Lei nº 66-B/2007-alterada pelas Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, a CCDR Alentejo dirigiu um inquérito ao universo dos seus “stakeholders” externos (1235), tendo como objectivo conhecer o seu grau de satisfação. Estes “stakeholders” são de tipologia diversa, nomeadamente: entidades da administração central e local, associações, empresas, cidadãos e fornecedores.

O inquérito elaborado é constituído por grupos de questões que visam fundamentalmente conhecer a avaliação quanto à qualidade e à quantidade dos serviços prestados, sendo para o efeito estruturado em torno das seguintes temáticas: (i) imagem global da organização; (ii) envolvimento e participação; (iii) acessibilidade e (iv) produtos e serviços.

A escala de avaliação foi definida de 1 a 5, a que correspondem os níveis de satisfação/opinião qualitativas de: não satisfatório; a melhorar; satisfatório; bom e excelente.

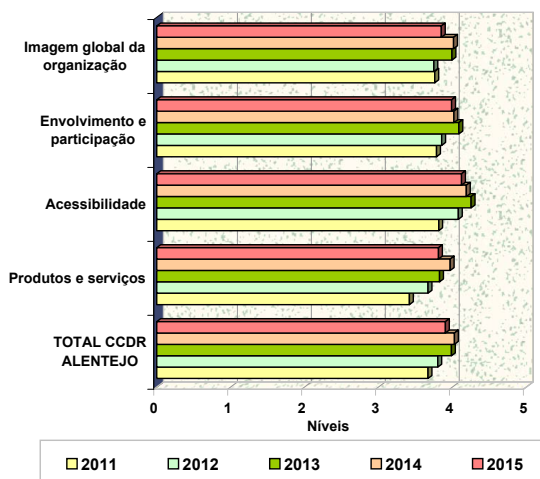
Este inquérito foi realizado entre 18 de Fevereiro e 25 de Março de 2016 e foram obtidas 241 respostas, a que corresponde uma taxa de 19,5%.

O grau de satisfação foi avaliado pela média aritmética dos valores obtidos para cada questão.

O nível global de satisfação foi de 3,9, o que representa um decréscimo de 0,1 pontos relativamente a 2014, e que sendo bastante positivo, se considera no entanto como um desafio de melhoria que importa alcançar.. Neste contexto, destacam-se como aspectos mais valorizados: a cortesia dos colaboradores, as condições de recepção e atendimento, a satisfação com a gestão de programas com financiamento nacional ou comunitário e a acessibilidade aos serviços da CCDR.

Sendo os “clientes” da CCDR fundamentalmente de natureza institucional, regista-se igualmente o grau de satisfação por tipologia de stakeholders: Serviços da Administração Central e Local - 3,9; Empresas - 3,7; Associações - 3,6; Fornecedores 3,5; Cidadãos - 3,3.

INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DA CCDR ALENTEJO - QUAR



Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - 2015 - Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	V_Absoluto	%
<b>Universo</b>	<b>1235</b>	<b>100</b>
<b>Respostas</b>	<b>241</b>	<b>19,5</b>
Administração Central	36	14,9
Administração Local	40	16,6
Associações	89	36,9
Empresas	50	20,7
Fornecedores	3	1,2
Cidadãos	23	9,5
<b>Não Respostas</b>	<b>994</b>	<b>80,5</b>

Trabalho de campo realizado entre 18 de Fevereiro e 25 de Março de 2016

No que respeita a sugestões e reclamações, a CCDR Alentejo tem uma política de valorização destas iniciativas, considerando-as como oportunidades de melhoria, pelo que tem como princípio dar-lhes um tratamento atencioso, responsável, transparente e com brevidade, criando deste modo uma relação mais estreita e de maior confiança com quem as formulou.

Para o efeito, envolve e sensibiliza os colaboradores na temática das questões colocadas e desenvolve as medidas necessárias à sua correcção, se for caso disso, melhorando também assim a qualidade do serviço prestado.

No ano de 2015, no que respeita especificamente ao Livro Amarelo, não foram registadas quaisquer reclamações, havendo indicadores sobre a evolução desta temática.

Numa perspectiva de melhoria contínua, a CCDR tem previsto para 2016 disponibilizar mais um canal para acolher este tipo de iniciativas, mediante a disponibilização na INTRANET e no site de uma funcionalidade específica para o efeito.

## 5 - SATISFAÇÃO DOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, envolveu todos os seus dirigentes intermédios e demais trabalhadores no processo de autoavaliação (incluindo os serviços Subregionais de Beja, Portalegre, Litoral Alentejano e a unidade de missão do Programa Operacional Regional), tendo realizado um inquérito anónimo por questionário para avaliar do seu grau de satisfação, pois considera-se que este é um elemento relevante para um bom desempenho da organização. Neste sentido, foi solicitado separadamente aos grupos de dirigentes e de não dirigentes que respondessem a um conjunto de questões no âmbito das seguintes temáticas (i) Avaliação da situação profissional, (ii) Avaliação do funcionamento do serviço/departamento, (iii) Avaliação da política de recursos humanos, (iv) Avaliação do envolvimento com a organização e (v) Avaliação global da organização.

Estas temáticas foram desagregadas em 25 questões que foram seleccionadas de um universo de práticas organizacionais que representam boas práticas conhecidas sobre o assunto.

A escala de avaliação foi definida de 1 a 5, a que correspondem os níveis de satisfação qualitativos de: Discordo Totalmente, Discordo Parcialmente; Concordo; Concordo Muito.

O grau de satisfação foi avaliado pela média aritmética dos valores obtidos para cada questão.

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS),

**Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR  
Alentejo - 2015 - Ficha técnica**

DESIGNAÇÃO	V_Absoluto	%
<b>Universo</b>	<b>175</b>	<b>100</b>
<b>Respostas</b>	<b>151</b>	<b>86,3</b>
Respostas Validas	146	83,4
Branco	5	2,9
Nulos	1	0,6
<b>Não Respostas</b>	<b>24</b>	<b>13,7</b>

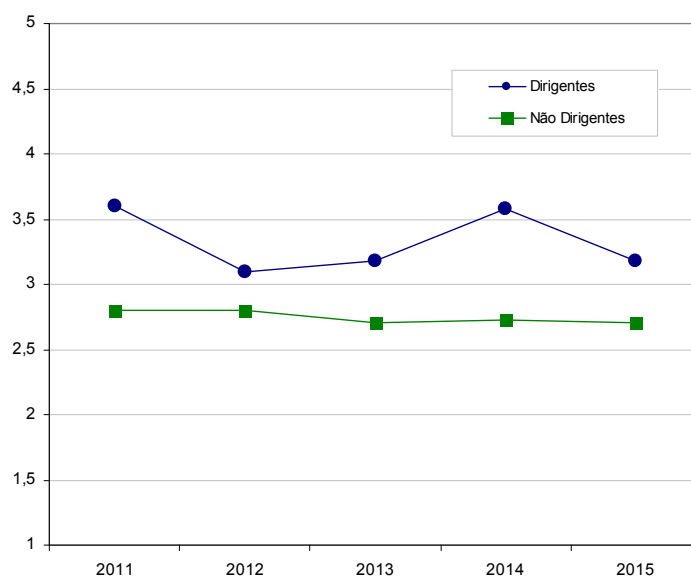
Trabalho de campo realizado entre 24 a 30 de Março de 2015

com utilização de estatísticas descritivas simples. O resultado de cada resposta é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas.

Com uma taxa de participação de 86,3%, os resultados obtidos revelam para o grupo dos dirigentes um grau de satisfação de 3,18 e para o grupo dos não dirigentes um valor de 2,70. Neste contexto, destacam-se como áreas temáticas mais valorizadas, quer no grupo dos dirigentes, quer no grupo dos colaboradores não dirigentes: (i) Avaliação da situação profissional e (ii) Avaliação do funcionamento do serviço/departamento, em que o aspecto mais valorizado pelos colaboradores não dirigentes é o desenvolvimento de trabalho em equipa e pelos dirigente o excelente relacionamento com os colegas e (iii) Avaliação do envolvimento com a organização, onde o aspecto mais valorizado, quer nos dirigentes quer nos demais trabalhadores é o facto de se sentirem respeitados como pessoas e como profissionais. Neste grupo temático de questões, os dirigentes também valorizaram de igual forma o facto de se sentirem motivados para novos desafios profissionais.

Os resultados dos inquéritos serão ainda objecto de relatório interno mais detalhado, com vista à definição de estratégias de melhoria dos aspectos considerados mais críticos, nomeadamente daqueles que são susceptíveis de intervenção por parte da Presidência da Comissão de Coordenação.

#### DIRIGENTES E NÃO DIRIGENTES - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS 2011 A 2015



No que concerne à tendência global de ambos os grupos, mantém-se situação mais favorável na avaliação dos dirigentes face aos demais trabalhadores, revelando-se a avaliação destes mais estável. A avaliação dos dirigentes revela uma evolução mais heterogénea, mantendo-se no entanto sempre positiva.

## 6 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A CCDR Alentejo dispõe de uma Unidade de Controlo Interno e Auditoria, responsável pelo Sistema de Controlo Interno, encontrando-se sintetizada no quadro seguinte a informação mais relevante sobre esta matéria em 2015.

Esta Unidade irá progressivamente implementar acções de auditoria interna mediante iniciativas da sua directa responsabilidade ou com recurso a entidades externas, com vista a assegurar acrescida fiabilidade e transparência aos processos operacionais, constituindo-se assim como um elemento de grande importância na prevenção de incumprimentos nas rotinas dos vários serviços e consequentemente no apoio à gestão da CCDR Alentejo.

Da análise do questionário destaca-se a ausência de qualquer auditoria ou acção de controlo externo realizada em 2015, bem como a taxa de 84% no cumprimento das questões em análise.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO 2015				
Questões	Resposta			Fundamentação/
	S	N	NA	Justificação
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	x			
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?		x		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	x			
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	x			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	x			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	x			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		x		
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	x			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	x			85,22% de avaliados pelo SIADAP3, uma vez que no SIADAP2 a avaliação anual dos dirigentes intermédios foi substituída por monitorização intercalar anual (através de relatório apresentado até 15 Abril de cada ano).
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	x			69,31% dos trabalhadores da CCDRA frequentaram ações de formação em 2015.
<b>3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	x			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	x			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?			x	São efectuados levantamentos de necessidades. Em sede de procedimento centralizado para a aquisição de material de economato são reportadas as necessidades para um período de 2 anos
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		x		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	x			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	x			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	x			
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	x			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	x			
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	x			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		x		Existe integração das aplicações informática de RH, Contabilidade, Tesouraria. O SGD é autónomo
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	x			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	x			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	x			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	x			
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	x			
Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.				
GPP/DAAQ/DRHA				

## 7 - COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

A opção de construir uma ferramenta de suporte à monitorização e avaliação da estratégica de implementação das políticas públicas nos seus diversos âmbitos e com maior impacte na transformação do território, é um elemento relevante para um melhor desempenho da CCDR Alentejo, no quadro das suas atribuições e competências, merecendo por isso uma referência no contexto do relatório de Actividades de 2015.

O referido suporte digital, de âmbito abrangente a todo o organismo, assume particular importância para uma análise e avaliação das dinâmicas regionais, dos impactes territoriais das políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento sectorial, bem como para o acompanhamento da evolução do sistema de gestão territorial na região, tirando partido do Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Neste sentido, para além do levantamento sistemático dos equipamentos colectivos da região e dos investimentos financiados pelo Programa Operacional, tem-se vindo igualmente a estruturar a informação dos Planos de Gestão Florestal aprovados na região Alentejo numa colaboração da CCDR com o ICNF, enquanto instrumentos que permitem avaliar a evolução da dinâmica do espaço rural e a respectiva adequação aos usos identificados nos respectivos instrumentos de gestão territorial.

Do mesmo modo, a georeferenciação e registo dos alvarás de loteamento provenientes das Câmaras Municipais, enviados pelas conservatórias do Registo Predial, permitem avaliar o grau de concretização das áreas urbanas [e as ainda com estatuto “urbanizável” ou “cuja urbanização é possível programar”] constantes nos instrumentos de gestão territorial, permitindo a fundamentação de eventuais novas propostas de reclassificação do solo. Este conjunto, possibilitará a construção de uma ferramenta de suporte para a monitorização e a avaliação estratégica da implementação das políticas públicas nos seus diversos âmbitos e com maior impacte na transformação do território que se pensa ser singular na sua concepção e mais valia de resultados.

Numa perspectiva interna, no âmbito da sua estrutura orgânica, a CCDR Alentejo possui três serviços desconcentrados em Portalegre, Beja e Litoral Alentejano.

Estes serviços têm de um modo geral, para além de alguma especificidade, atribuições, competências e actividades idênticas, pelo que podem ser considerados em termos funcionais como Unidades Homogéneas.

A tabela seguinte evidencia o desempenho de cada uma destas Unidades.

O grau de desempenho entre as três Unidades Orgânicas é semelhante, não surgindo entre elas valores relevantes que se destaquem. Contudo, a unidade SSB alcançou em 2015 um desempenho um pouco superior às restantes, devido ao facto de possuir um maior número de colaboradores a desempenhar funções nas actividades planeadas.



Avaliação	SSP		SSL		SSB	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Superou	0	0,0	4	80,0	6	100,0
Atingiu	7	100,0	0	0,0	0	0,0
Não Atingiu	0	0,0	1	20,0	0	0,0
Sem execução	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	<b>6</b>	<b>100,0</b>
<b>Avaliação Média</b>		<b>100,0</b>		<b>105,8</b>		<b>117,4</b>
Desvio Médio		0,0		6,0		6,4
Desvio Padrão		0,0		9,9		8,0

## 8 - Causas de Incumprimento e Medidas para um Reforço Positivo

Tal como em 2013 e 2014, a CCDR Alentejo não apresenta desvios negativos ao nível do desempenho do seu Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2015 e dos cinco objectivos operacionais foram superados dois e os restantes três alcançaram o resultado de 100%.

Ao nível do desempenho do Plano de actividades, o índice de incumprimento é bastante reduzido, considerando-se no entanto relevante apresentar a inventariação das causas de incumprimento de actividades e/ou indicadores não executados ou com resultados insuficientes.

Em síntese:

- a) Das 81 actividades previstas no Plano, em 6 (7,4%) não foi possível alcançar a meta prevista e outras duas não tiveram qualquer execução;
- b) Dos 152 indicadores que integram o QUAR e o PA, 5 apresentam uma taxa de realização superior a 125%

As actividades sem qualquer execução:

- ◆ Dinamização do Pacto para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social - a implementação do PORTUGAL 2020 processou-se de forma a que a implementação desta actividade não fosse considerada oportuna.
- ◆ Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares (Serviço Sub-regional de Beja) – esta actividade estava dependente exclusivamente de iniciativas externas que não ocorreram.

As seis actividades em que não foi possível alcançar a meta prevista, encontram-se referenciadas no quadro seguinte.

Actividades onde não foi alcançada a Meta	Justificação
Divulgação da nova Lei de Bases da Política de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo	Num dos indicadores não foi possível atingir a meta, por alterações de contexto, face ao momento de definição da mesma, por razões externas
Gestão de processos de avaliação ambiental de planos e de projectos	Num dos indicadores não foi possível atingir a meta porque só houve participação num processo em que a Autoridade de AIA é a APA que foi respondido dentro do prazo legal, mas sem antecipação de prazo
Gestão de processos de licenciamento de actividades económicas	Num dos indicadores não foi possível atingir a meta, por alterações de contexto, face ao momento de definição da mesma, por razões externas
Implementação de Medidas de Modernização Administrativa	Não foi atingida a meta no indicador taxa de utilização de acesso externo ao Sistema de Gestão Documental, dado ainda não se conseguir o acesso a TODOS os dirigentes
Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	Não foi possível atingir a meta porque 2 analisadores de Terena estavam fora de serviço desde Julho por descontinuidade dos mesmos. Houve uma avaria prolongada num dos analisadores de Monte Chãos. Três meses de impossibilidade de comunicação e recolha de dados da estação de Santiago do Cacém, quando foi feita a portabilidade para a NOS.
Desempenho do POR Alentejo 2020	Num dos indicadores não foi possível atingir a meta porque a preparação de todos os procedimentos ao nível do Balcão 2020, foi menos célere do que o previsível, situação que se reflectiu na execução do Programa

Indicadores com de Realização Superior a 125%	Justificação
Prazo para apresentação de Plano de Acção	Alteração do contexto relativamente à definição do Plano
Nº de dias para a concretização da transição	Trata-se do alojamento do Centro de Dados em instalações Externas à CCDRA, pelo que a data possível da transferência do Centro era externa à organização
Taxa de compromisso do novo POR	Importa referir que, estamos perante um indicador para o qual não existia histórico, nem valor de referência (por se o 1º ano) e a adesão dos beneficiários dependia de muitos factores exógenos.
Prazo para monitorização semestral do PA	Inicialmente havia sido prevista a elaboração de um trabalho mais profundo. Ao elaborar-se um relatório de índole mais geral e, simultaneamente com a monitorização do QUAR, por definição do prazo por orientação da SGPCM, houve uma grande antecipação.
Prazo para elaboração do mapa do Programa de Gestão do Património Imobiliário	Foi possível concretizar antes do previsto por ter havido formação de RH e reforço dos mesmos

Paralelamente foram identificadas algumas medidas a tomar para alcançar um reforço positivo do desempenho futuro que se circunscrevem fundamentalmente na persistência de uma postura preventiva por parte da CCDD Alentejo, o que passa pelo reforço da monitorização do desempenho organizacional e da melhor articulação entre unidades nucleares e unidades flexíveis, reforçando as práticas de planeamento organizacional e melhorando o nível de recursos humanos afectos a algumas unidades orgânicas.

As medidas essenciais a tomar para um reforço positivo consistem na persistência de uma postura preventiva da CCDRA que continua a ser reforçada através da monitorização do desempenho organizacional e na melhor articulação entre unidades nucleares e unidades flexíveis, apostando essencialmente na melhoria das práticas de planeamento.

## II. OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

### 1 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Nos termos dos artigos 10º e 11º da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, de 25 de Junho, as entidades que integram a administração central devem incluir no seu relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional realizadas.

No ano de 2015 as acções de publicidade realizadas visaram fundamentalmente:

- ◆ Dinamização, divulgação e capacitação de parceiros, promotores e cidadãos mediante acções na comunicação social escrita e nas rádios locais, das novas iniciativas publicas financiadas por fundos comunitários e de apoio ao desenvolvimento económico e social do Alentejo para o período 2014/2020, nomeadamente o PORTUGAL 2020 e o Programa Operacional Regional. Os encargos com estas iniciativas foram de cerca de 96.000€
- ◆ Promoção da cooperação transfronteiriça no âmbito das Euroregiões Alentejo, Centro e Extremadura (EUROACE) e Alentejo, Algarve e Andaluzia (EUROAAA) mediante a divulgação destas entidades junto de públicos-alvo específicos e com suporte em diversos meios de comunicação. Estas iniciativas foram, de um modo geral, asseguradas conjuntamente pelos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças de cada uma das Regiões envolvidas. Os encargos com estas iniciativas foram de cerca de 31.000€
- ◆ Assegurar a divulgação dos processos de consulta pública em matéria de avaliação de impacte ambiental em jornais nacionais/regionais, de acordo com os normativos legais existentes para o efeito, com um volume de encargos de cerca de 2950€.

### 2 - GESTÃO PATRIMONIAL

Para o ciclo de gestão de 2015, não foram fixados na organização objectivos relacionados com as obrigações previstas no Programa de Gestão do Património Imobiliário (PGPI). Contudo, a CCDR Alentejo deu cumprimento integral à execução do Programa, uma vez que no cumprimento da legislação em vigor (DL 280/2007 de 07 de Agosto aditado pela Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro) procedeu até ao dia 30 de Março de 2015, ao envio à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, do mapa PGPI com a actualização dos planos de ocupação do espaço e de conservação e reabilitação de imóveis.

### 3 - MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Pretendeu-se com estas medidas, previstas no Plano de Actividades, gerar um impacto ao nível da CCDR Alentejo no sentido de promover uma maior segurança na informação (confidencialidade, integridade, disponibilidade), redução dos tempos de resposta, e gerar uma poupança de custos sobretudo no que respeita às medidas 1 e 2, em função da menor utilização do papel assim como de custos associados à impressão.

Medida 1: Criação de um sistema de assinatura digital com a aquisição dos respectivos certificados, a qual corresponde numa primeira fase, a todos os colaboradores que detêm funções de chefia.

Pese embora a assinatura electrónica não esteja funcional via Sistema de Gestão Documental, todos os trabalhadores da CCDRA que sejam titulares de cartão do CEGER ou cartão de cidadão poderão assinar digitalmente os documentos.

A assinatura digital certifica a autenticidade da pessoa que produziu o documento ou de quem valida a informação, assegurando-se assim a autenticidade da informação produzida.

Medida 2: Actualização de conteúdos na INTRANET

Foi regularmente assegurada esta actualização, evoluindo-se para novos conteúdos, nomeadamente a submissão on-line de diversos procedimentos internos (inscrições em seminários, conferências, acções de formação, preenchimento de questionários, entre outros).

Pese embora não tenha sido definido um indicador que permita aferir sobre a redução do tempo que a implementação desta medida traduz, a submissão de pedidos on-line torna possível que a informação chegue de uma forma mais rápida a quem a terá que apreciar e desenvolve-se o processo com redução de tempo e de custos, nomeadamente em papel e impressão.

Medida 3: Acesso externo ao Sistema de Gestão Documental (numa 1ª fase pela chefias)

Alguns dirigentes têm já acesso ao Sistema de Gestão Documental a partir do exterior das instalações da CCDRA, o que permite decisões mais ágeis, nomeadamente em processos de natureza urgente. Com efeito, quer em situações de serviço externo, quer mesmo fora do horário normal de serviço, pode ser assegurada a tramitação de processos, reduzindo-se assim o tempo de apreciação e de decisão.

Estas medidas de modernização administrativa contribuíram fundamentalmente para agilizar procedimentos e promover uma maior aproximação entre os Stakeholders internos.

O Decreto-Lei nº 74/2014 de 13 de Maio, nomeadamente nos termos nº 1 do art.º 39, veio estipular que os relatórios de actividades devem incluir indicadores que quantifiquem as sugestões, críticas ou pedidos de informação de autores identificados, devendo estas ser objecto de análise, decisão e resposta com a maior brevidade.

A CCDR Alentejo tem estes procedimentos implementados, mantendo ainda o Livro Amarelo e a Caixa de Sugestões/Reclamações disponíveis aos seus utentes, não se tendo verificado durante o ano de 2015 qualquer situação suscetível de registo.

## III AVALIAÇÃO FINAL

### 1 - EXECUÇÃO GLOBAL DO PLANO E ARTICULAÇÃO COM O PROGRAMA DO GOVERNO

O desenvolvimento das actividades durante o ano de 2015, decorreu no quadro das amplas atribuições e competências da CCDR Alentejo que enformaram o plano de actividades oportunamente aprovado pelo secretário de estado do desenvolvimento regional do XIX governo, num contexto regional, nacional e internacional/comunitário marcadas por grande exigência na aplicação das políticas públicas e dos recursos financeiros que lhes estavam afectos.

As actividades mais relevantes, desenvolvidas pelas várias unidades orgânicas de forma individual ou partilhada, operacionalizaram orientações políticas que contribuíram fundamentalmente para: (i) a implementação do novo ciclo de fundos comunitários para a região no horizonte 2020, mediante a operacionalização do programa operacional regional 2014/2020 e da estratégia regional de especialização; (ii) a implementação regional da nova lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo; (iii) o aprofundamento da ligação da CCDR aos stakeholders externos, nomeadamente às comunidades intermunicipais, no aprofundamento do quadro das suas novas atribuições e competências em termos de desenvolvimento económico e social dos respectivos territórios.

Num momento de simultaneidade da conclusão do programa operacional regional 2007/2013 e da regulamentação e operacionalização do programa operacional regional 2014/2020, estas actividades foram particularmente exigentes em termos técnicos e fortemente “consumidoras” de recursos humanos.

A CCDR Alentejo desenvolveu ainda actividades com vista a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas no âmbito das políticas ambientais, de ordenamento do território, de desenvolvimento regional e de apoio à administração local, com vista à promoção de um território sustentável e mais competitivo, valorizando o interior, com bons níveis de bem-estar e mais coeso territorialmente.

De referir ainda o reforço do planeamento plurianual das actividades e os contributos dados à execução do Programa Nacional «Governação e Cultura» nomeadamente na Medida «Descentralização, competitividade e desenvolvimento regional», para o que a monitorização do Programa Operacional Regional Alentejo 2020, contribui com resultados significativos.

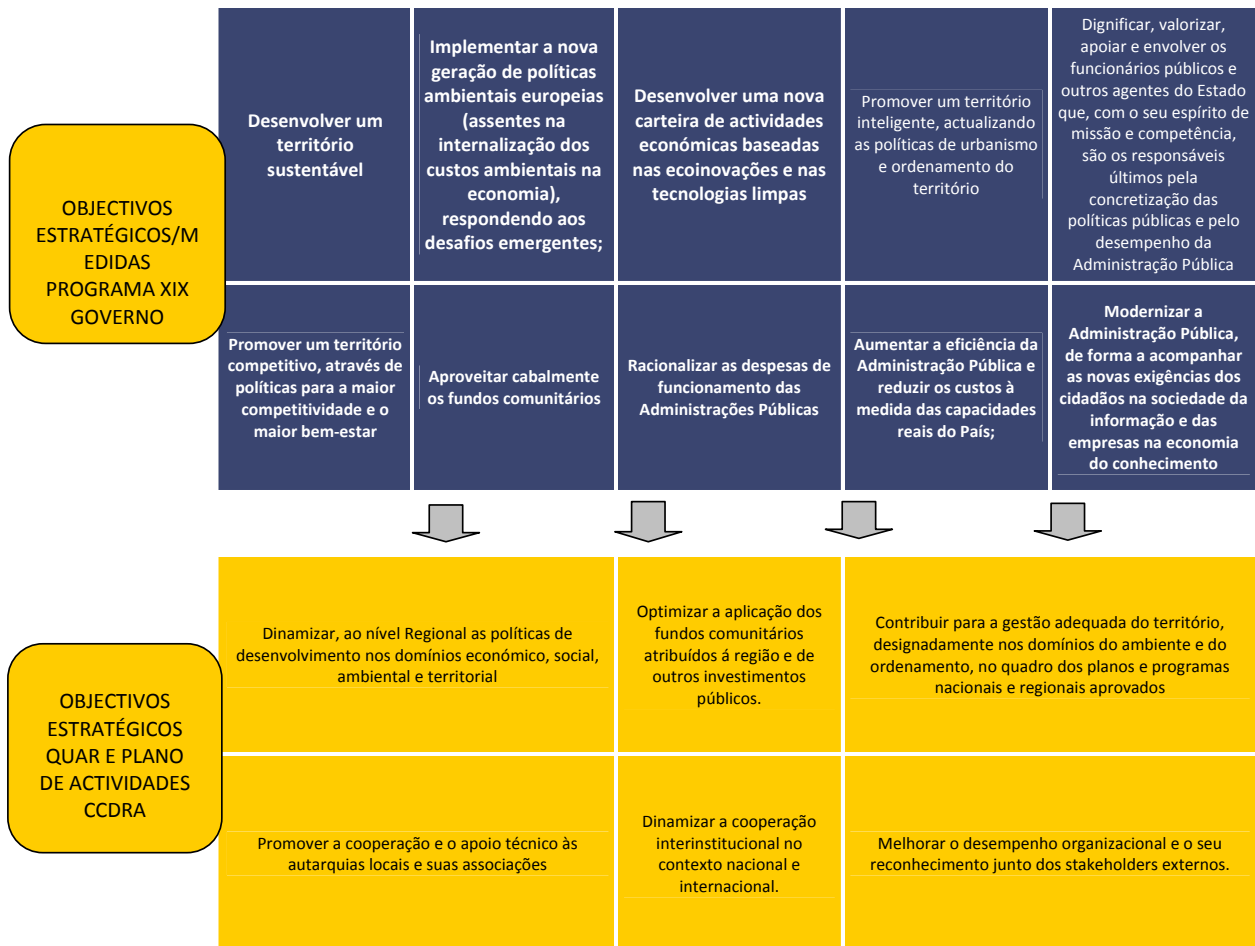
Uma das questões fundamentais da orientação política neste período foi ainda a racionalização de custos, promovendo uma maior eficiência operacional e uma maior eficácia nos serviços.

Neste contexto de racionalização, a CCDR Alentejo reforçou o esforço de anos anteriores, o que se traduziu num desvio negativo na despesa no valor de 1.099 M€, face aos valores planeados. Foram ainda implementados novos processos de trabalho, centrados no serviço aos utentes (institucionais e particulares) mediante a desmaterialização de processos e os prazos de pagamento a fornecedores foram reduzidos.

Este desempenho global da CCDR Alentejo traduziu-se numa avaliação final do cumprimento do

seu Plano de Actividades de 109,1% e do QUAR de 102,9%, o que decorre do facto de terem sido atingidos todos os objectivos do QUAR e, dos três relevantes, terem sido superados dois, o que permite propor uma avaliação final de Bom.

### ARTICULAÇÃO DO PLANO COM O PROGRAMA DO GOVERNO



## 2 - APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A CCDR Alentejo apresenta uma taxa de realização do QUAR de 102,9%, em que os parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, foram ponderados em 40%, 30% e 30% e têm taxas de execução de 107,1%, 100% e 100%, respectivamente.

De referir ainda que dos cinco objectivos operacionais que integram o QUAR, dois foram superados e os restantes cumpridos e que dos três objectivos mais considerados como mais relevantes, dois foram superados.

Quanto à execução do Plano de Actividades, a sua taxa de execução é de 109,1% e 51,9% das actividades tiveram resultados superados face às metas definidas.

Avaliação - Objectivos e Indicadores					
Parâmetros	Objectivos	Indicadores	Taxa de Realização indicador	Avaliação qualitativa do indicador	Taxa de Realização objectivo
	Eficácia		Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Taxa de antecipação do prazo de decisão no âmbito da gestão de processos de avaliação de impacte ambiental de projectos	100%
Taxa de verificações no local na sequência de reclamações/denúncias recebidas em matéria de ambiente/ordenamento do território		100%		Atingiu	
Índice de decisões de processos de contra-ordenação no âmbito das infracções ambientais		114%		Superou	
Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial		Nº de dias para apresentação de proposta para operacionalização de um quadro sintético de monitorização da evolução das dinâmicas regionais no âmbito do Portugal 2020	100%	Atingiu	110,0%
		Nº de Boletins "Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional"	125%	Superou	
Eficiência	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Taxa de apreciação de candidaturas no novo Programa Operacional Regional 2014-2020	100%	Atingiu	100,0%
	Melhorar a gestão do território mediante a aplicação dos respectivos instrumentos de gestão	Índice de pareceres emitidos no âmbito de apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de Instrumentos de Gestão Territorial	100%	Atingiu	100,0%
		Nº de dias para elaboração de relatório regional sobre os resultados obtidos em 2014, quanto ao apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de IGT	100%	Atingiu	
Qualidade	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente e desenvolvimento regional	Número de conferências/acções de sensibilização sobre Ordenamento do Território/Ambiente/Desenvolvimento Regional	100%	Atingiu	100,0%
		Taxa de cobertura territorial das acções de sensibilização	100%	Atingiu	

## PARAMETROS

AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	40	Ponderação	30	Ponderação	30
	107,1%		100,0%		100,0%

## 3 - MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

AVALIAÇÃO FINAL DA CDDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
102,9%		

Face aos resultados alcançados e com base no quadro legislativo referente ao SIADAP, Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, nomeadamente no ponto 1 do seu Artigo 18º, o Decreto – Lei nº 183/96, de 27 Setembro, bem como as orientações e Notas Técnicas emanadas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, propõe-se para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a menção de Desempenho Bom, com a avaliação qualitativa, sustentada numa avaliação quantitativa final alcançada no QUAR de 102,9%, que decorre do cumprimento de todos os objectivos e da superção de dois dos três considerados relevantes.

A distinção de mérito agora proposta sustenta-se ainda na coerência das linhas estratégicas e do seu alinhamento com os objetivos formulados, tal como o presente relatório evidencia, e do desempenho alcançado na concretização do Plano de Actividades, com uma taxa de execução de 109,1%.

#### 4 - DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E AUSCULTAÇÃO DOS CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS

Tendo em conta os dados já apresentados no capítulo referente à análise dos inquéritos efectuados aos stakeholders externos e internos, recupera-se neste capítulo o essencial daquelas análises, apresentando-se nas tabelas seguintes os resultados das metodologias desenvolvidas, destacando-se:

- ◆ Grau de satisfação dos stakeholders internos/dirigentes – 3,2
- ◆ Grau de satisfação dos stakeholders internos/não dirigentes – 2,7
- ◆ Grau de satisfação dos stakeholders externos – 3,9

**Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo -  
2015 - Ficha técnica**

DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
<b>Universo</b>	<b>175</b>	<b>100</b>
<b>Respostas</b>	<b>151</b>	<b>86,3</b>
Respostas Validas	146	83,4
Branco	5	2,9
Nulos	1	0,6
<b>Não Respostas</b>	<b>24</b>	<b>13,7</b>
Inquérito por questionário recolhido em urna		
Trabalho de campo realizado entre 24 a 30 de Março de 2015		



### Inquérito à Satisfação dos Funcionários - 2015

Grupos	Total	Dirigentes	Não Dirigentes
<b>Total CCDR Alentejo</b>	<b>2,8</b>	<b>3,2</b>	<b>2,7</b>
Nível de Satisfação – Valores médios numa escala de 1 a 5 valores			

### Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - 2015 - Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
Universo	1235	100
Respostas	241	19,5
Não Respostas	994	80,5
Inquérito por questionário enviado por internet		
Inquérito realizado entre 02-03-2016 e 25-03-2016		

### Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - 2015

Entidades	Total
<b>TOTAL</b>	<b>3,9</b>
Nível de Satisfação - Valores médios numa escala de 1 a 5 valores	

## 5 - CONCLUSÕES PROSPECTIVAS E PLANO DE MELHORIAS

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo continuou a alcançar no ano de 2015 um bom desempenho, não apresentando no seu Quadro de Avaliação e Responsabilização qualquer objectivo não cumprido. Esta prática quer manter-se em 2016, sendo obviamente algumas linhas de intervenção, mas fundamentalmente alguns resultados a alcançar, de natureza e âmbito diferente.

O ano de 2016 será exigente para a CCDR Alentejo, pois, para além de todas as temáticas inerentes às suas atribuições e competências, assume particular relevância o desenvolvimento decisivo no apoio ao investimento nos sectores económico e social, mediante a aplicação dos fundos comunitários, nomeadamente o Programa Operacional Regional – ALENTEJO 2020 e o Programa de Cooperação Transfronteiriça - INTERREG V A.

As dinâmicas de desenvolvimento regional, de que aqueles instrumentos das políticas públicas são elementos muito relevantes, bem como os restantes Programas Operacionais do PORTUGAL

2020, carecem igualmente de abordagem estruturada, como forma de informar os processos de decisão com impacto significativo no desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo. Neste âmbito, a articulação de intervenções com a Unidade de Missão para o Interior, criada pelo Governo, poderá também ser um contributo importante para a melhoria da competitividade dos territórios de baixa densidade e da coesão territorial.

A este propósito importa ter presente que a Região dispõe de uma estratégia de desenvolvimento consubstanciada num Plano de Acção Regional e uma estratégia de especialização, que importa dinamizar, monitorizar e avaliar.

As áreas de trabalho relativas ao ordenamento do território perspectivam-se intensas e de acentuadas transformações nas suas formas de abordagem, nomeadamente com a necessidade de satisfação de novos quadros legais que se tornaram obrigatórios quanto à sua implementação, acompanhamento e fiscalização.

A análise e avaliação de Estudos de Impacto Ambiental associados a projectos de investimento significativos, continuará a ser igualmente uma área de trabalho da CCDR Alentejo, sendo que o quadro legal em que tal se opera é extremamente exigente na multidisciplinaridade que a sua apreciação requer, bem como no cumprimento de prazos, já bastante exigentes, num contexto em que os recursos humanos são escassos, mas em que é essencial responder às expectativas dos promotores e à agilização das decisões de investimento.

Ainda no âmbito das políticas de ambiente, promover-se-á o desenvolvimento sustentável, mediante.

(i) dinamização de uma estratégia regional de adaptação às alterações climáticas que identifique os riscos existentes e aproveite as oportunidades e (ii) promoção da economia circular, no quadro dos instrumentos de financiamento disponíveis para o efeito.

O apoio técnico às autarquias locais e suas associações continuará a processar-se de forma mais sistemática nos domínios jurídico e contabilístico-financeiro, nomeadamente no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), contribuindo-se assim para o reforço da capacitação destas entidades quanto à sua gestão operacional.

A prossecução destas linhas de orientação processar-se-á num quadro de parceria e aproximação com os stakeholders externos, em que a melhoria da comunicação, a desburocratização e a simplificação de processos serão elementos transversais a promover.

Em 2015, o planeamento efectuado manifestou-se adequado e com o empenho de todos os colaboradores da CCCDR Alentejo foi possível alcançar resultados muito satisfatórios, apesar dos constrangimentos financeiros e de recursos humanos e materiais comuns, de um modo geral a todos os serviços da administração pública. A melhoria contínua das competências profissionais dos colaboradores, a sua motivação e participação informada nos processos, continuarão igualmente a ser linhas de orientação a prosseguir no âmbito do desenvolvimento organizacional.

A análise dos constrangimentos interna e externamente identificados, bem como a perspectiva

participada pelos responsáveis de todos os serviços quanto a melhorias e desafios a que importa responder para um melhor desempenho da CCDR Alentejo, consubstancia-se no Plano de Melhorias constante do quadro seguinte.

#### PLANO DE MELHORIAS PARA 2016

Código	Áreas de Melhoria a Promover	Ações
1	Prospectiva e Planeamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço do acompanhamento da implementação dos 20 Planos Estratégicos de desenvolvimento urbano</li> <li>• Melhoria do acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento regional</li> <li>• Maior participação em projectos/redes Internacionais de cooperação interregional</li> <li>• Melhorar a informação que integra o Sistema de Informação georreferenciada</li> </ul>
2	Gestão e Desenvolvimento Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da articulação entre unidades nucleares e unidades flexíveis</li> <li>• Melhoria da partilha interna de informação</li> <li>• Realização de acções que visem a partilha de boas práticas e benchmarking entre as CCDR e outros serviços desconcentrados da Administração pública</li> <li>• Melhoria dos sistemas de informação</li> <li>• Melhoria da comunicação externa e interna</li> </ul>
3	Informática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuar a actualização do hardware e do software</li> </ul>
4	Formação e Competências Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de acções de formação específicas nas áreas do ambiente, ordenamento do território e fiscalização</li> </ul>
5	Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço dos recursos humanos técnicos nas áreas identificadas como carenciadas</li> </ul>
6	Parque automóvel	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alguma renovação do parque automóvel</li> </ul>

# **ANEXO I**

Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades	Objectivos Operacionais do QUAR e Plano de Actividades	Actividades do Plano de 2015
OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	Avaliar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial	Identificação e acompanhamento da recondução dos IGT vigentes no âmbito do sistema de planeamento estabelecido pela Lei de bases da política de solos, ordenamento do território e urbanismo nos prazos e condições a estabelecer na legislação complementar.
	Desenvolver iniciativas de análise e de reflexão estratégica de base regional sobre o desenvolvimento económico, social e territorial	A Escolarização na Região Alentejo – Evolução das assimetrias Territoriais  Elaboração de zooms temáticos em domínios relevantes da estratégia de desenvolvimento regional
	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial	Análise dos contributos do PORTUGAL 2020 para o Plano de Acção Regional
		Análise e parecer sobre as Estratégias Territoriais Específicas (PROVERE de nova geração)
		Análise regional da execução dos fundos comunitários no período 2007/2014
		Análise, acompanhamento e monitorização das Abordagens Territoriais Integradas previstas no PORTUGAL 2020
		Dinamização, acompanhamento e monitorização da Estratégia Nacional/Regional de Especialização Inteligente
		Edição do Boletim "Alentejo Hoje-Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional"
		Elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas quanto à sua coerência com as orientações estratégicas regionais
		Gestão de informação relevante para o desenvolvimento regional Operacionalização de um quadro sintético de referência para a monitorização da evolução das dinâmicas regionais no âmbito do PORTUGAL 2020 Participação da CCDR em órgãos e grupos de trabalho
	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional, no quadro das opções de desenvolvimento assumidas pela Região para 2020	Articulação dos instrumentos de gestão territorial no âmbito das orientações das políticas públicas.  Gestão dos regime jurídico da restrição de utilidade pública RAN

Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades	Objectivos Operacionais do QUAR e Plano de Actividades	Actividades do Plano de 2015
OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos á região	Assegurar a gestão optimizada dos fundos comunitários da Região referentes ao período de programação 2007-2014	Desempenho do INALENTEJO
		Gestão estratégica e operacional do POCTEP 2007-2013
	Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros	Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares
	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Contribuir para a operacionalização do PO Regional 2014/2020
		Desempenho do POR Alentejo 2020  Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020

Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades	Objectivos Operacionais do QUAR e Plano de Actividades	Actividades do Plano de 2015
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados</p>	<p>Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região</p>	<p>Cooperação com a GNR/SEPNA e com os Serviços da CCDR com intervenção nos domínios do ambiente e do ordenamento do território</p> <p>Emissão de pareceres técnicos</p> <p>Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar</p> <p>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2011</p> <p>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas,.</p> <p>Gestão de processos de avaliação ambiental de planos e de projectos</p> <p>Gestão de processos de licenciamento de actividades económicas</p> <p>Instrução de processos de contraordenação</p> <p>Pós-avaliação de projectos e instalações licenciadas</p>
	<p>Melhorar a gestão do território mediante a aplicação dos respectivos instrumentos de gestão</p>	<p>Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.</p> <p>Enquadramento técnico de iniciativas/acções específicas nos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis</p> <p>Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN</p>
	<p>Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente</p>	<p>Divulgação da nova Lei de Bases da Política de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo</p> <p>Promoção de melhores comportamentos ambientais</p>

Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades	Objectivos Operacionais do QUAR e Plano de Actividades	Actividades do Plano de 2015
OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acompanhar a actividade da administração local com vista ao técnico à formulação de novas políticas	Validação das prestações de contas, documentos previsionais, fichas trimestrais e dossiers do Fundo Social Municipal (FSM) fundo consignado em OE - colaboração institucional com a DGAL
	Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acompanhamento da evolução financeira das autarquias locais
		Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL)
		Apoio jurídico às autarquias locais e suas associações
Reuniões técnicas com a administração local e entidades a esta ligadas		



Objectivos Operacionais do QUAR



Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades	Objectivos Operacionais do QUAR e Plano de Actividades	Actividades do Plano de 2015
OE 5 – Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	Promover a cooperação transnacional	Dinamização das Eurorregiões EUROACE e EUROAAA
		Participação do Alentejo nos diferentes âmbitos da Cooperação Territorial Europeia

Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades	Objectivos Operacionais do QUAR e Plano de Actividades	Actividades do Plano de 2015	
OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Inovar nos processos de gestão interna	Alteração da localização do Centro de Dados da CCDR Alentejo	
		Implementação do novo Plano de Classificação Documental	
		Reestruturação do Sistema de Arquivo da CCDRALentejo	
	Melhorar a comunicação interna e externa		Actividades do gabinete de artes gráficas
			Disponibilização de informação relevante sobre ambiente e ordenamento do território
			Disponibilização interna da informação relativa às autarquias locais (áreas financeira, cooperação, pareceres jurídicos) e contraordenações ambientais
			Divulgação de informação relevante para a administração local
			Elaboração de notas de imprensa.
			Elaboração de Revista de Imprensa
			Elaboração de uma Newsletter
			Gestão do fundo documental
			Implementação de Medidas de Modernização Administrativa
			Monitorização ambiental
		Promoção de ações com vista a realização de espaços de debate na área dos Recursos Humanos e Arquivo	
	Melhorar a gestão organizacional		Apoio jurídico aos serviços da CCDR Alentejo
			Elaboração dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRALentejo
		Gestão do Património da CCDR Alentejo	
		Implementação de atividades no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	
		Monitorização dos documentos de gestão estratégica organizacional da CCDRALentejo	
		Prevenção de Corrupção e Infração Conexas	

## **ANEXO II**



Comissão de Coordenação  
e Desenvolvimento Regional do Alentejo

## **BALANÇO SOCIAL 2015**

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social 2015 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), foi elaborado em conformidade com o estabelecido pelo Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro que determina a elaboração e apresentação do Balanço Social por todos os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos, que no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja a relação jurídica de emprego.

Este documento tem por objetivo analisar a CCDR Alentejo ao longo de 2015, no que concerne às áreas dos recursos humanos e financeiros, tratando-se de um instrumento fundamental para caracterizar socialmente este organismo e avaliar o seu capital humano. Como tal, constitui-se como uma referência de base para a definição e implementação da política de recursos humanos da CCDR Alentejo, pretendendo-se que venha a prestar contributos relevantes para a valorização dos mesmos, por via do aumento das suas competências, do seu nível de motivação, e consequentemente para a melhoria do clima organizacional.

Efetivamente, apenas conhecendo com um elevado nível de profundidade, os recursos humanos de uma organização, poderemos delinear as estratégias que permitam promover de forma continuada a sua valorização, o que se afigura como fator determinante para uma Administração Pública mais eficiente.

Évora, 21 de março de 2016

Divisão de Gestão Administrativa

## IDENTIFICAÇÃO DO ORGANISMO

**1. Designação: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRA)**

**2. Sede: Évora**

Morada – Av. Eng. Arantes e Oliveira, 194 – 7004-514 ÉVORA

Telefone – 266740300

Fax – 266706562

E-mail – [expediente@ccdr-a.gov.pt](mailto:expediente@ccdr-a.gov.pt)

Site - [www.ccdr-a.gov.pt](http://www.ccdr-a.gov.pt)

**3 .Serviços Desconcentrados: Beja, Portalegre e Vila Nova de Santo André**

**4. Número de Pessoa Coletiva - 600 075 826**

**5. Missão do Organismo** – A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) é um serviço tutelado pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, em coordenação com o Ministro Adjunto, no que diz respeito à relação com as autarquias locais e, com o Ministro do Ambiente, no que diz respeito à definição de orientações estratégicas e à fixação de objetivos nas matérias de ambiente e ordenamento do território, de acordo com o nº 6 do artigo 24º, do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional.

**6. Número de Pessoas ao Serviço:** Em 31 de dezembro de 2015 – 176

**7 .Natureza Jurídica** - Serviço periférico da administração direta do Estado, integrado no Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, dotado de autonomia administrativa e financeira.

**8. Diplomas Orgânicos** – Os principais diplomas orgânicos enquadradores da atividade da CCDRA são os seguintes:

1. **DL nº 228/2012, de 25 de outubro** - define a missão e atribuição das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o seu âmbito de atuação e os seus órgãos de gestão e recursos.
2. **DL nº 251-A/2015, de 17 de dezembro** – aprova o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional.
3. **Portaria nº 528/2007, de 30 de abril** – define a estrutura nuclear das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e respetivas competências.
4. **Portaria nº 590/2007, de 10 de maio** – fixa o número de unidades orgânicas flexíveis para cada uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
5. **Despacho nº 14484/2007, de 31 de maio** – define as estruturas flexíveis da CCDRALentejo, e respetivas competências.
6. **Despacho nº 12643/2010, de 26 de abril** – altera a estrutura flexível da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR) prevista no Despacho 14484/2007 de 31 de maio
7. **Despacho nº 8790/2015, de 10 de agosto** – altera a estrutura flexível da Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

### PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO

RÁCIOS	FÓRMULA	INDICADOR
Índice de Enquadramento	$(\text{Total de Efetivos} - \text{Dirigentes}) \div \text{Dirigentes}$	6,65%
Leque Etário	Trabalhador Mais Velho - Trabalhador Mais Novo	35
Taxa de Envelhecimento	$\Sigma \text{Efetivos Idade} \geq 55 \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	35,79%
Taxa de Feminização	$\Sigma \text{Efetivos do Sexo Feminino} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	55,11%
Taxa de Masculinização	$\Sigma \text{Efetivos do Sexo Masculino} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	44,89%
Índice de Tecnicidade (com Dirigentes)	$(\text{Dirigentes} + \text{Técnicos Superiores}) \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	65,34%
Índice de Tecnicidade (sentido lato)	$\text{Técnicos Superiores} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	52,27%
Taxa de Formação Superior	$(\text{Total de Efetivos com Mestrado} + \text{Lic.} + \text{Pós-Graduação} + \text{Bacharelato ou Curso Médio}) \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	65,90%
Taxa de Escolaridade $\leq$ 6 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} \leq 6 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	4,54%
Taxa de Escolaridade = 9 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} = 9 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	2,27%
Taxa de Escolaridade = 12 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} = 12 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	23,29%
Índice de Admissões	$\text{N}^\circ \text{ Total de Admissões} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	7,38%
Índice de Saídas	$\text{N}^\circ \text{ Total de Saídas} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	6,82%
Taxa de Absentismo	$\text{Total de Dias de Ausência} \div [\text{N}^\circ \text{ de Efetivos} \times \text{Dias Trabalháveis do Ano (retirados 22 de férias)}] \times 100$ <small>Nota: 232 dias trabalháveis em 2015</small>	4,39%



## 1. CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO GLOBAL

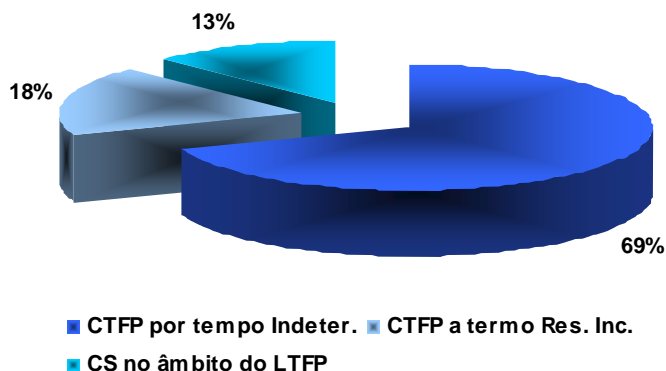
A estrutura orgânica da CCDR Alentejo conta com 176 colaboradores a 31 de dezembro de 2015, distribuídos conforme quadro anexo:

Efetivos por grupo profissional	M	F	Total
Dirigente Superior	5	1	6
Dirigente Intermédio	10	7	17
Técnico Superior	40	52	92
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	11	27	38
Vigilante da Natureza	3	1	4
Assistente Operacional	5	6	11
Informático	5	1	6
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>97</b>	<b>176</b>

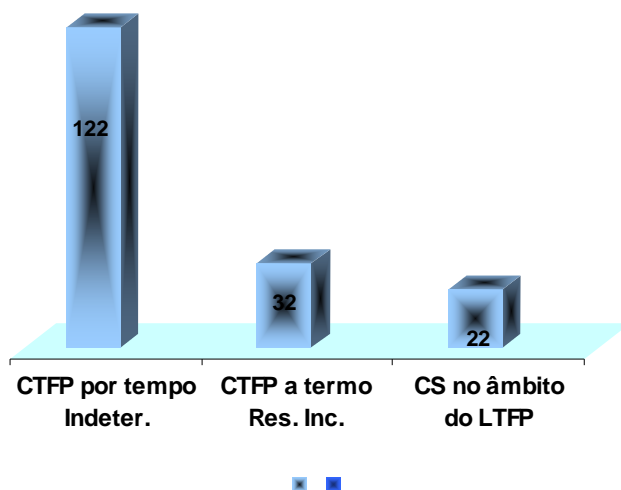
### 1.1 Efetivos por modalidade de vinculação

Dos 176 trabalhadores em funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, verifica-se que 69% (122) têm Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, 18% (32) têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto e 13% (22) encontram-se em regime de Comissão de Serviço/Substituição/Gestão Corrente. Há ainda a considerar duas trabalhadoras em regime de tarefa, sendo que uma está a exercer funções no Serviço Sub-regional de Beja e a outra no de Portalegre.

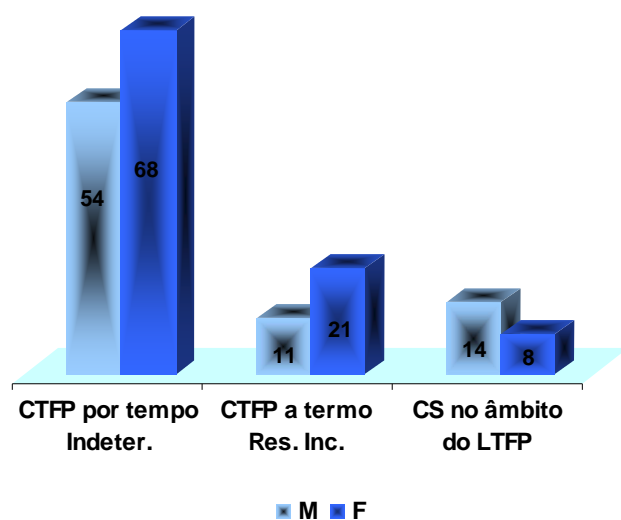
**Percentagem de trabalhadores segundo a modalidade de vinculação**



### Modalidade de Vinculação



### Modalidade de Vinculação por Sexo



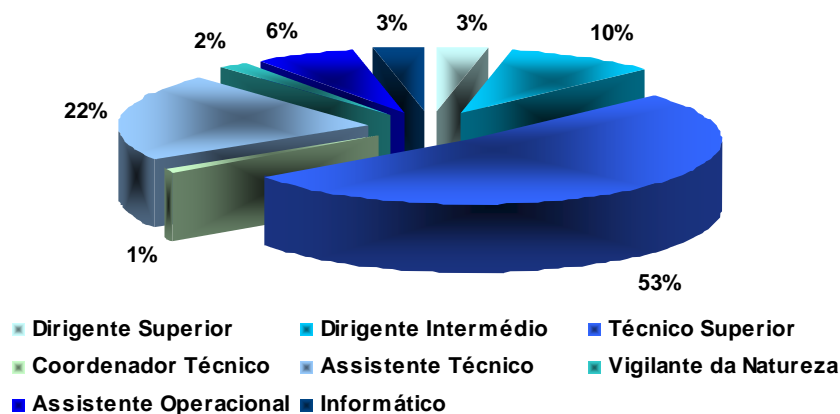
Modalidade de Vinculação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CTFP por Tempo Indeterminado	151	141	139	139	123	122
CTFP a termo Resolutivo Incerto	29	30	30	29	29	32
CS no âmbito do LTFP	35	30	24	23	23	22
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>201</b>	<b>193</b>	<b>191</b>	<b>175</b>	<b>176</b>

\* Existe 1 trabalhador em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto que está em Comissão de Serviço como Dirigente Superior no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo

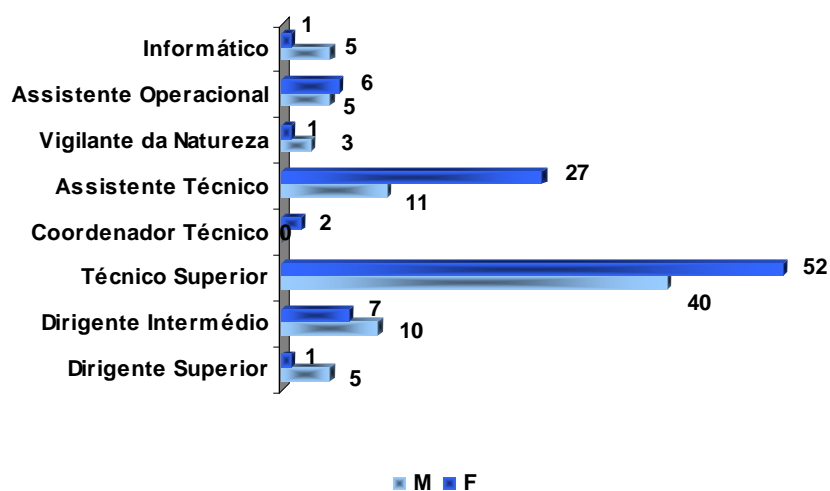
## 1.2 Efetivos por grupo profissional/cargo/carreira

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, o maior número de efetivos encontra-se nos grupos de pessoal Técnico Superior (53%) e Assistente Técnico (22%), seguido dos Dirigentes Intermédios (10%), dos Assistentes Operacionais (6%), dos Dirigentes Superiores e dos Informáticos (3%), dos Vigilantes da Natureza (2%) e por fim dos Coordenadores Técnicos (1%).

Percentagem de efetivo por grupo/cargo/carreira



### Distribuição de pessoal por grupo, cargo, carreira segundo o sexo



No que se refere ao índice de enquadramento, que expressa a relação entre o total de efetivos (não considerando os dirigentes) e o número de profissionais pertencentes ao grupo de pessoal dirigente, verifica-se um aumento no valor de 2015 (6.65%), relativamente ao valor do ano anterior (6.29%), o qual decorre do ligeiro aumento do número de efetivos não dirigentes, face ao decréscimo de dirigentes.

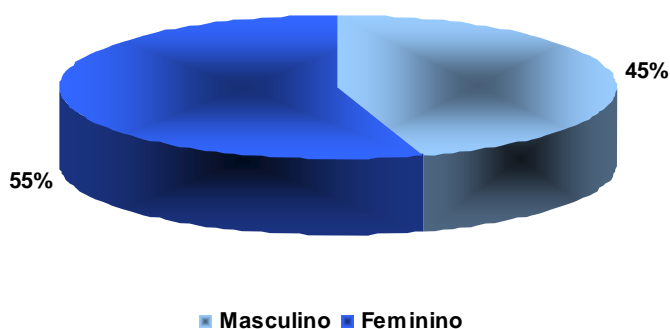
Recursos Humanos	Dirigentes	Total Efetivos	Índice de Enquadramento
2007	41	348	7.48
2008	34	241	6.08
2009	33	224	5.78
2010	35	215	5.14
2011	30	201	5.7
2012	25	193	6.72
2013	24	191	6.95
2014	24	175	6.29
2015	23	176	6.65

\*Existe 1 trabalhador em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto que está em Comissão de Serviço como Dirigente Superior no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo.

### 1.3 Efetivos segundo o sexo

Da análise dos dados da distribuição de efetivos por sexos, à semelhança dos anos posteriores a 2008, verifica-se a predominância do sexo feminino no universo dos efetivos (97 em 176). Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 55% e de masculinização de 45%, a 31/12/2015.

**Taxa de feminização e masculinização**

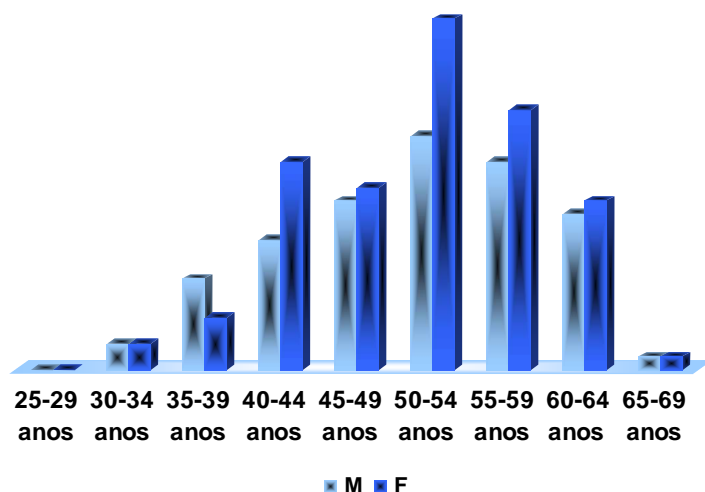


ANOS	M	F	TOTAL
2007	181	167	348
2008	125	116	241
2009	110	114	224
2010	103	112	215
2011	96	105	201
2012	91	102	193
2013	90	101	191
2014	80	95	175
2015	79	97	176

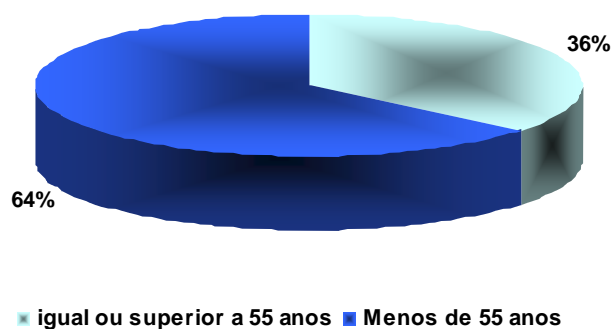
### 1.4 Efetivos por estrutura etária

Da análise da estrutura etária, mantém-se a tendência do ano anterior, com acentuação no envelhecimento dos trabalhadores, sendo a **taxa de envelhecimento** (que consiste no somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 55 anos, sobre o total de efetivos) de **36%**. O **leque etário** (traduz-se na diferença entre o trabalhador mais novo de 30 anos e o mais velho de 65 anos) é de **35 anos**.

Trabalhadores por Sexo segundo o Escalão Etário



Taxa de envelhecimento dos trabalhadores

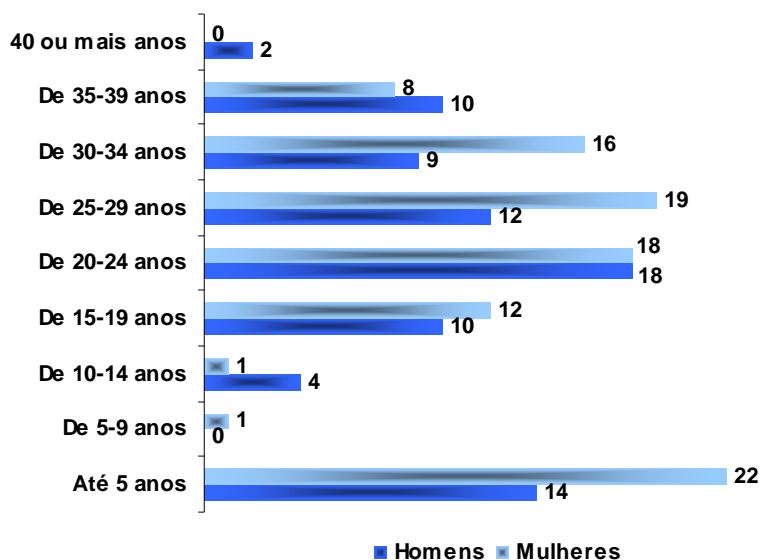


### 1.5 Efetivos por antiguidade

Em relação à estrutura de antiguidades, há a salientar que 35 trabalhadores, não abrangidos pelo Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, não têm antiguidade na Função Pública, nomeadamente: 2 Dirigentes Superiores admitidos em Comissão de Serviço/Regime Substituição/Gestão Corrente e a desempenhar funções de Presidente e Secretário Técnico do Programa Operacional Regional do Alentejo e 33 trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (1 Técnico Superior com as funções de Dirigente Superior/Secretário Técnico do Programa Operacional Regional do Alentejo, 4 Técnicos Superiores com as funções de Coordenadores do Programa Operacional Regional do Alentejo, 24 Técnicos Superiores, 2 Assistentes Técnicos e 2 Informáticos). Estes 35 trabalhadores, sem antiguidade na Função Pública, foram colocados na coluna de “até 5 anos”, no quadro da “Contagem dos Trabalhadores por Grupo/Cargo/Carreira, segundo o Nível de Antiguidade e Género”. Foi também colocado nesta mesma coluna 1 Técnico Superior que concluiu com sucesso o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública - CEAGP (Despacho nº 5320/2014 de 16 de Abril), tendo um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado desde 16/07/2013.

Estrutura de antiguidades	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	14	22	36
De 5-9 anos	0	1	1
De 10-14 anos	4	1	5
De 15-19 anos	10	12	22
De 20-24 anos	18	18	36
De 25-29 anos	12	19	31
De 30-34 anos	9	16	25
De 35-39 anos	10	8	18
40 ou mais anos	2	0	2
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>97</b>	<b>176</b>

### Trabalhadores segundo o nível de antiguidade e género



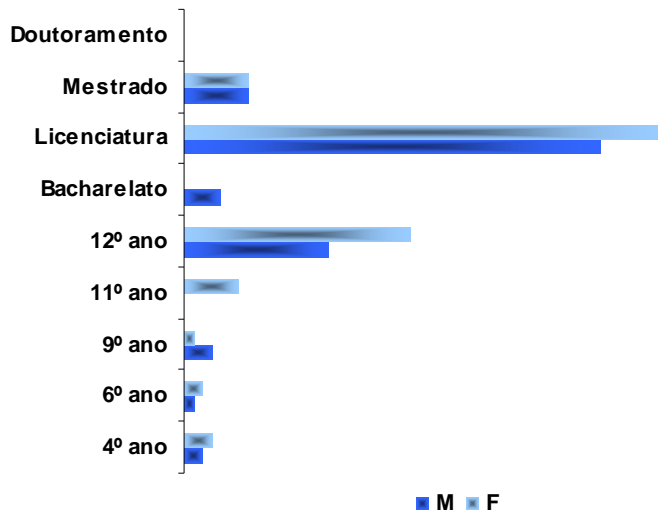
### 1.6 Estrutura habilitacional

Dos 176 trabalhadores da CCDR Alentejo, mais de metade detém uma licenciatura, que é o grau académico mais predominante. O escasso número de trabalhadores detentores de bacharelato prende-se com a entrada do Processo de Bolonha nas Universidades Portuguesas, que fez cessar este grau de habilitação académica. O grau de mestrado tem também um peso pouco significativo na estrutura habilitacional da CCDR Alentejo e o grau de doutoramento só teve um trabalhador em 2011.

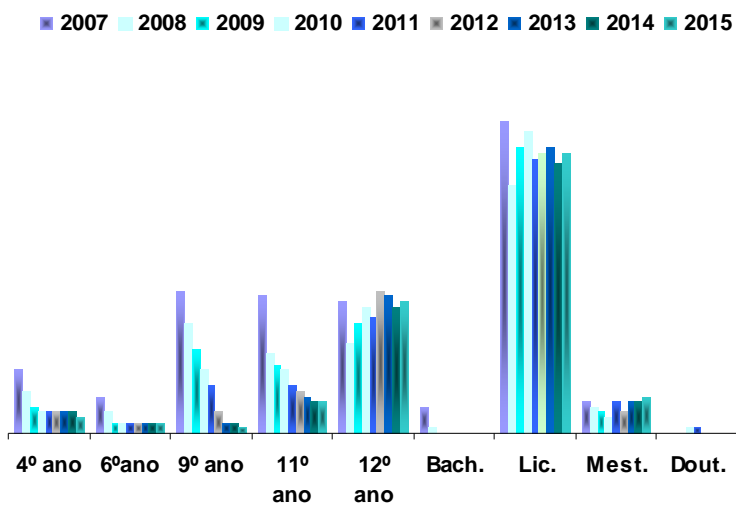
Habilitações académicas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ensino Básico	91	63	45	39	31	20	17	14	12
Ensino Secundário	99	57	52	54	50	55	51	46	47
Bacharelato	12	7	5	5	4	4	4	4	4
Licenciatura	133	102	111	109	104	104	106	97	99
Mestrado	13	12	11	7	11	10	13	14	14
Doutoramento	0	0	0	0	1	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>348</b>	<b>241</b>	<b>224</b>	<b>214</b>	<b>201</b>	<b>193</b>	<b>191</b>	<b>175</b>	<b>176</b>



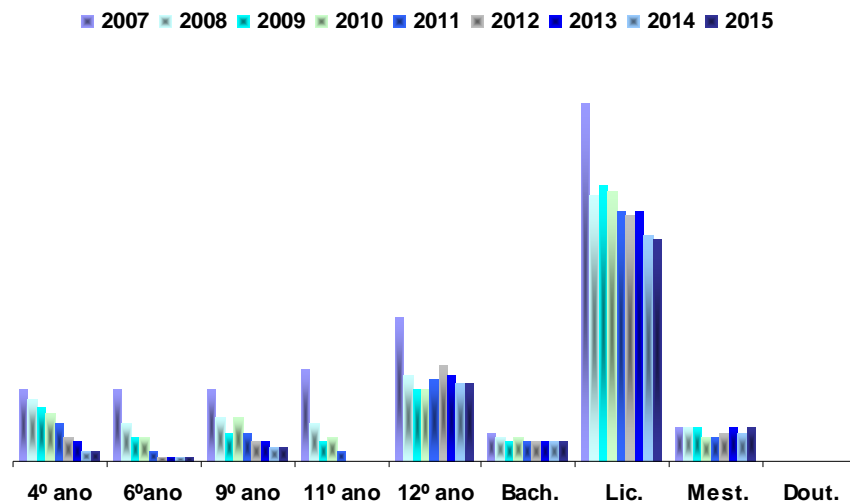
### Habilitações Académicas



### Estrutura Habitacional Feminina



### Estrutura Habitacional Masculina



#### 1.7 Trabalhadores portadores de deficiência

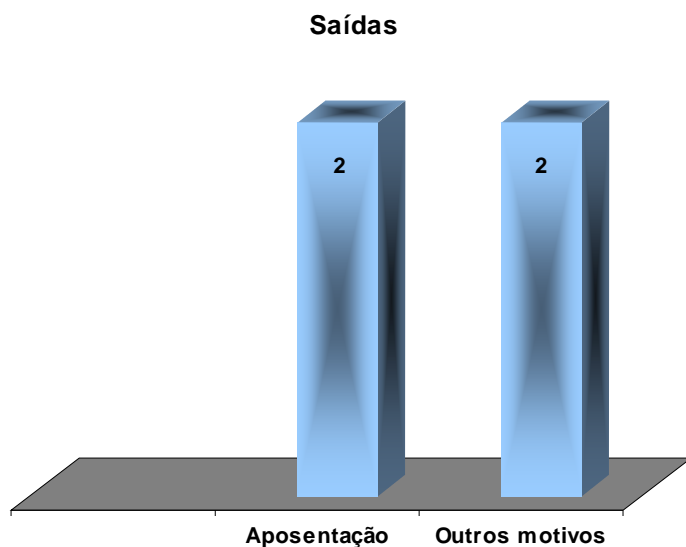
No ano de 2015 apenas 1 trabalhador efetivo (Assistente Técnico), do sexo feminino, esteve enquadrado no regime de trabalhador deficiente, de acordo com os regimes de isenções e benefícios fiscais para efeitos de tributação sobre o rendimento.

## 2. Movimentos de pessoal

### 2.1 Saídas

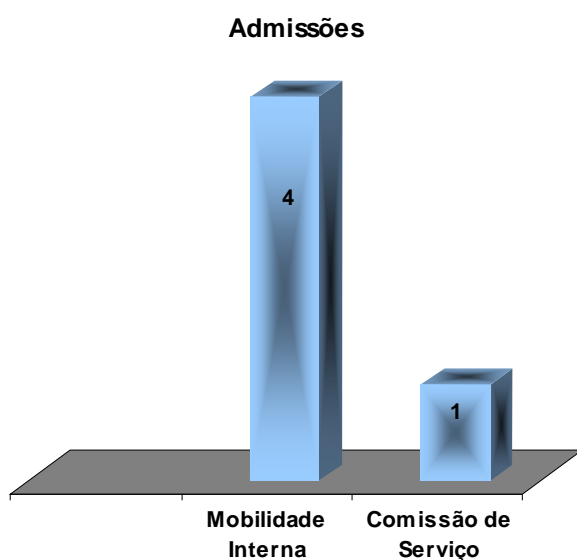
A 31 de dezembro de 2015 a CCDR Alentejo contava com 176 trabalhadores, constatando-se um aumento de 1 efetivo em relação a 31 de dezembro de 2014.

Saíram 4 trabalhadores, nomeadamente: 2 por Aposentação (1 Técnico Superior e 1 Assistente Operacional) e 2 Dirigentes Superiores (o Presidente da CCDRA, por Despacho nº 8098-B/2015 foi designado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão e, em conformidade com Mapa Oficial nº 2-B/2015 da Comissão Nacional de Eleições, 1 Vogal Executivo do PORALENTEJO saiu, como deputado eleito pelo Círculo de Évora, para a Assembleia da República).



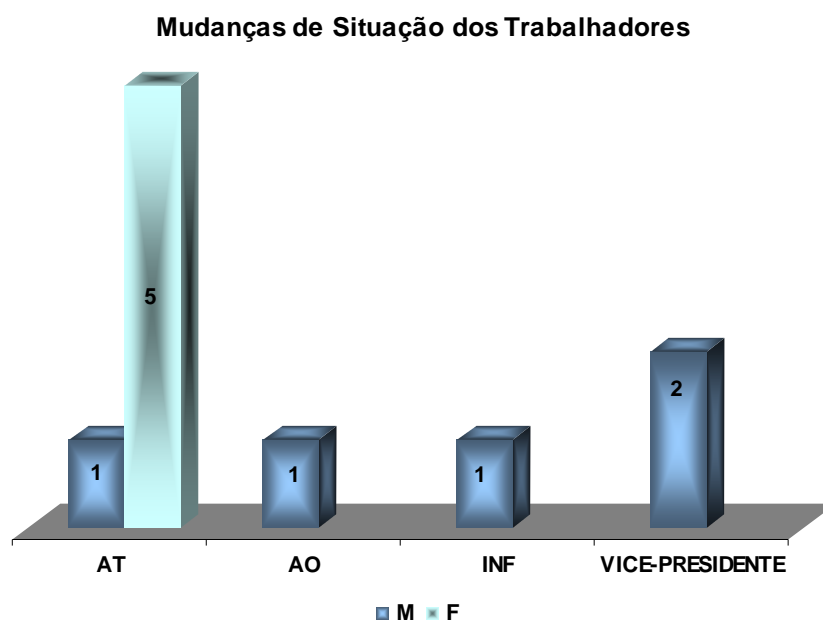
## 2.2 Entradas – Admissões e regressos

Foram admitidos 5 trabalhadores, nomeadamente: 1 Dirigente Superior, por Despacho nº 1717-H/2015 para, em Comissão de Serviço, exercer o cargo de Vice-Presidente da CCDRA, 3 Técnicos Superiores do POPH para o Programa Operacional Regional do Alentejo através de mobilidade interna e 1 Técnico Superior por mobilidade interna.



## 2.3 Mudanças de Situação

Em 2015 verificou-se a mudança de situação de 2 trabalhadores que cessaram a Comissão de Serviço como Vice-Presidentes da CCDR Alentejo sendo que um, ao abrigo do Despacho nº 8320-I/2015 de 29 de julho, foi designado, em regime de substituição, no cargo de Presidente da CCDR Alentejo e o outro, ao abrigo do Despacho nº 3620/2015, de 13 de abril, foi designado, em regime de substituição, no cargo de Diretor de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira. Houve também a mudança de situação de 8 trabalhadores que, ao abrigo dos Despachos nº 57, 58 e 59-PRE/2015, pela mobilidade inter-carreiras, passaram das categorias anteriores (1 Informático masculino, 1 Assistente Técnico masculino, 1 Assistente Operacional masculino e 5 Assistentes Técnicos femininos) para a carreira Técnica Superior.

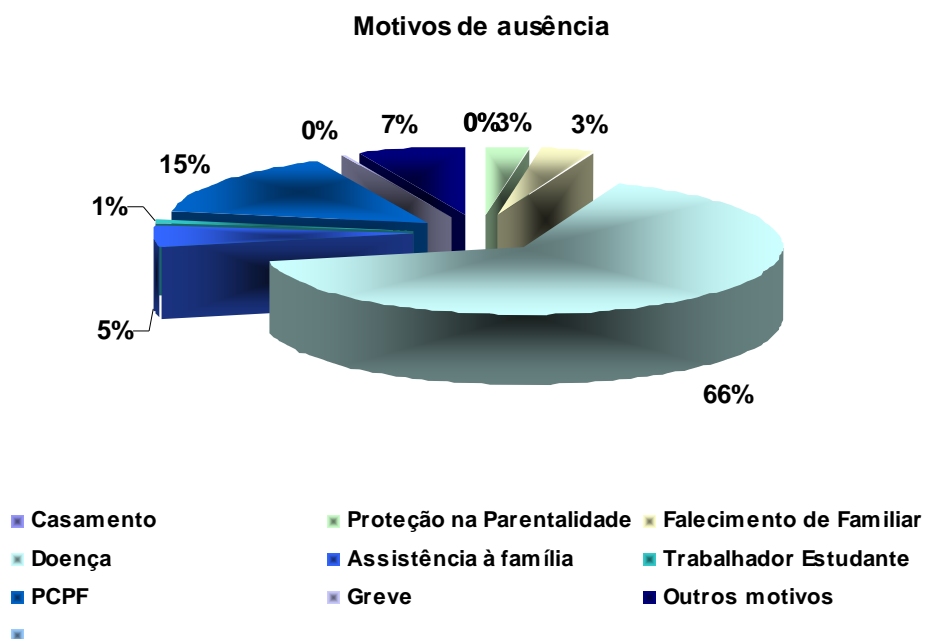


## 3. Alteração do posicionamento remuneratório

Em 2015 houve alteração do posicionamento remuneratório dos 8 trabalhadores que, pela mobilidade inter-carreiras, deixaram de auferir nas categorias que detinham e passaram a auferir na carreira Técnica Superior (Lei de Trabalho em Funções Públicas nº 35/2014, de 20 de junho, artº 153).

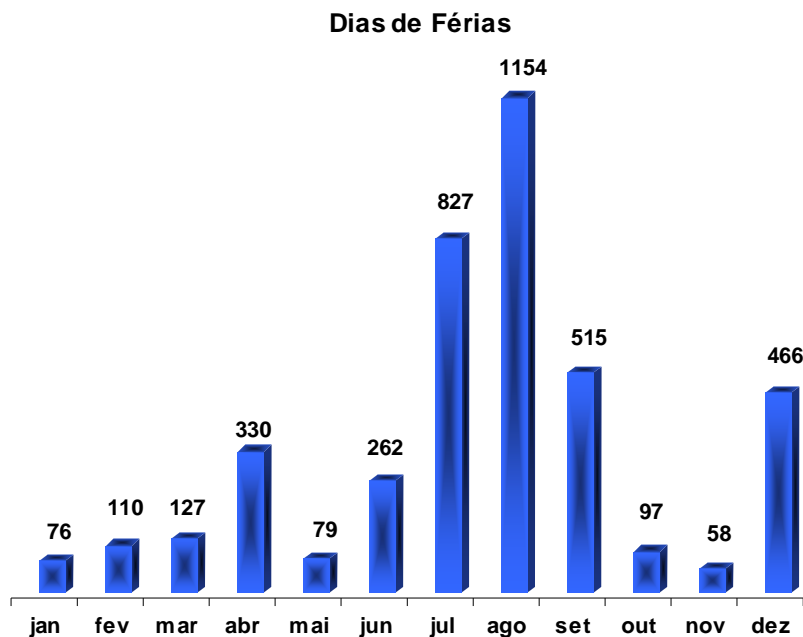
#### 4. Absentismo

No ano de 2015 registaram-se 1794 dias de ausência ao trabalho. A taxa de absentismo é de 4,41%. Verifica-se uma maior ausência dos trabalhadores por motivos de doença, por conta do período de férias e por assistência à família.



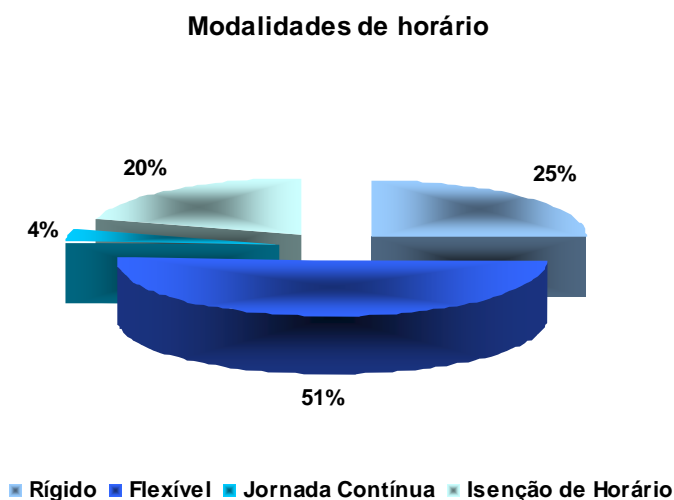
#### 5. Dias de férias

Além dos dias de ausência ao trabalho pelos vários motivos descritos no gráfico anterior, houve ainda o gozo por motivo de férias, verificando-se um pico mais alto no mês de agosto.

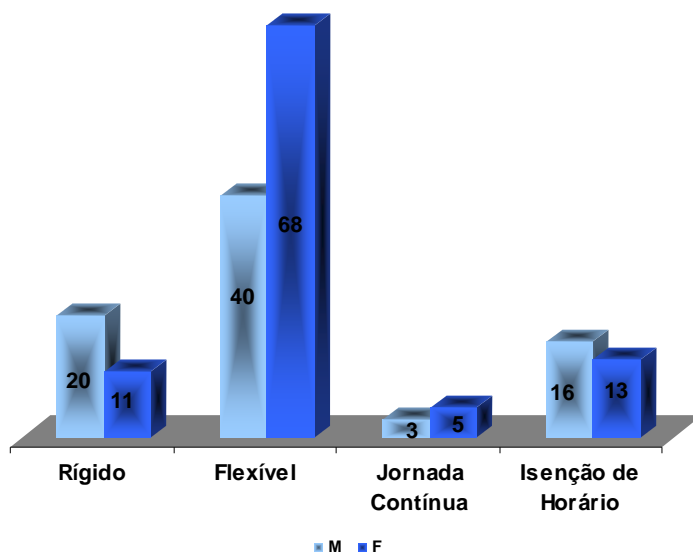


## 6. Regime de horário

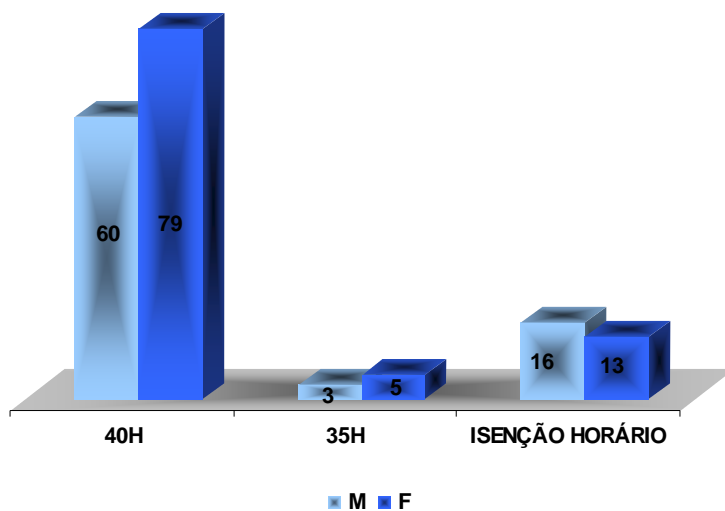
Na análise feita às várias modalidades de horário vigentes na CCDR Alentejo, salienta-se a percentagem dos trabalhadores que têm horário flexível (51%). Têm horário rígido 25% dos trabalhadores, 20% gozam de isenção de horário e 4% tem jornada contínua.



### Modalidades de horário segundo o sexo



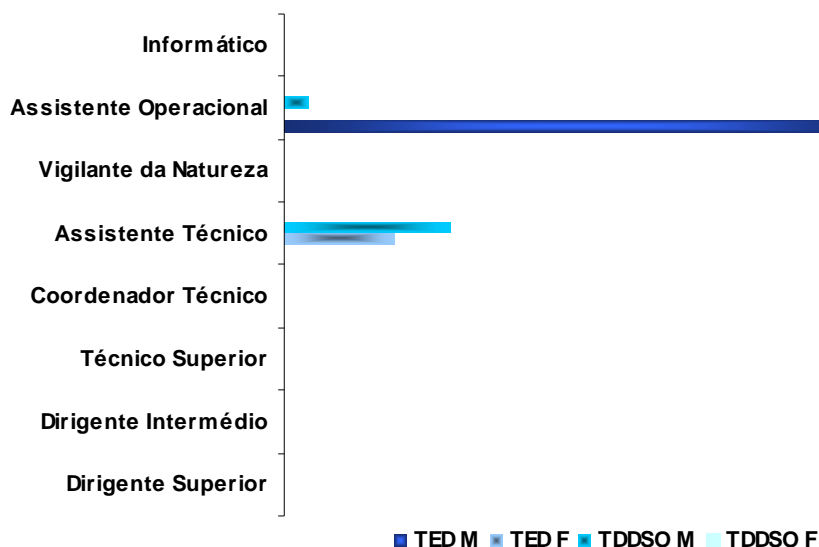
### Trabalhadores por PNT (Período Normal de Trabalho) e género



## 7. Trabalho extraordinário por grupo e período normal de trabalho

No que concerne ao trabalho extraordinário por grupo, constata-se uma maior percentagem de horas realizadas nesta modalidade de prestação de trabalho, no grupo dos assistentes operacionais/motoristas.

### Horas de trabalho extraordinário, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género



TED – Trabalho Extraordinário Diurno; TDDSO – Trabalho em Dias de Descanso Semanal Obrigatório

## 8. Encargos com pessoal em 2015

Na análise aos encargos com pessoal em 2015 constata-se que 73 % dizem respeito ao abono da remuneração base dos trabalhadores, 22 % a prestações sociais, 4% a suplementos remuneratórios e 1% a outros encargos com pessoal.

Encargos com pessoal em 2015	Valor (Euros)
Remuneração base	4.099.765,82 €
Suplementos remuneratórios	204.453,90 €
Prestações sociais	1.238.992,97 €
Outros encargos com pessoal	38.838,38 €
<b>Total</b>	<b>5.582.051,07 €</b>

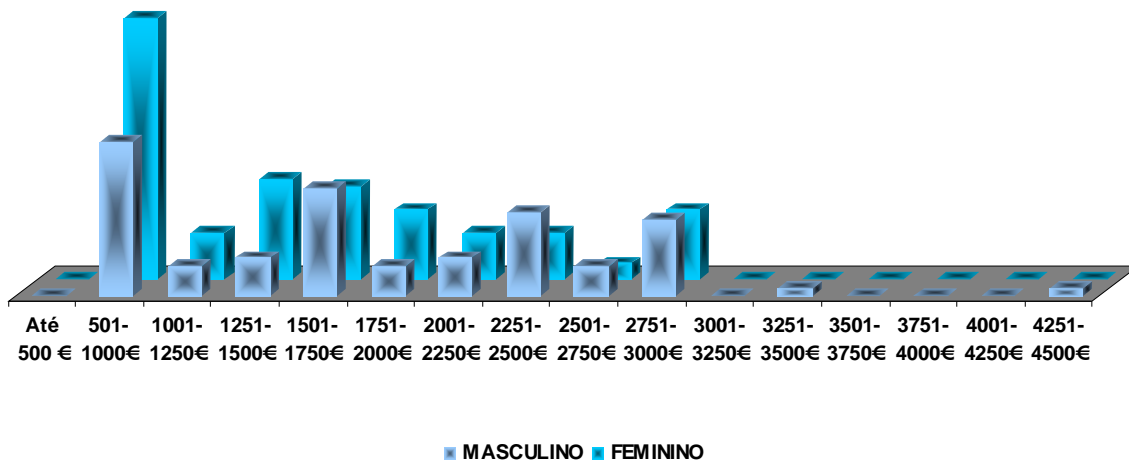


GÉNERO/ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Até 500 €	0	0	0
501-1000€	20	34	54
1001-1250€	4	6	10
1251-1500€	5	13	18
1501-1750€	14	12	26
1751-2000€	4	9	13
2001-2250€	5	6	11
2251-2500€	11	6	17
2501-2750€	4	2	6
2751-3000€	10	9	19
3001-3250€	0	0	0
3251-3500€	1	0	1
3501-3750€	0	0	0
3751-4000€	0	0	0
4001-4250€	0	0	0
4251-4500€	1	0	1
4501-4750€	0	0	0
4751-5000€	0	0	0
5001-5250€	0	0	0
5251-5500€	0	0	0
5501-5750€	0	0	0
5751-6000€	0	0	0
Mais de 6000€	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>97</b>	<b>176</b>

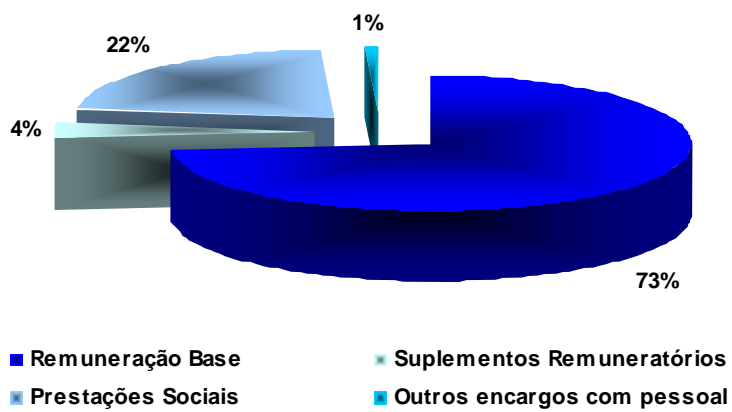
REMUNERAÇÕES DE DEZEMBRO	MASCULINO	FEMININO
Mínimas	518,35 €	505,00 €
Máximas	4.251,43 €	2.998,83 €

\* Com redução remuneratória ao abrigo da Lei nº 75/2014, artº 4º

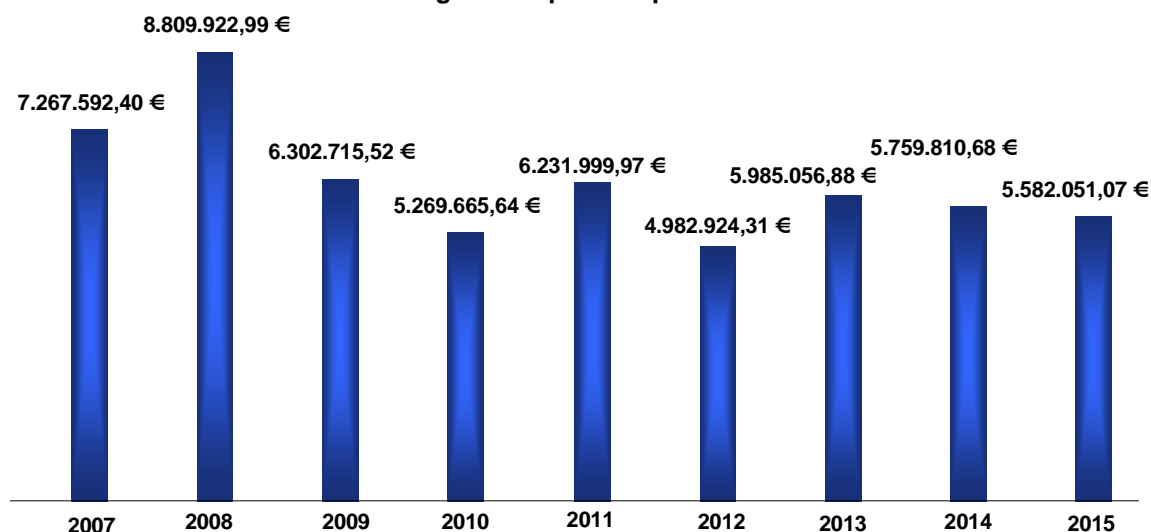
### Estrutura remuneratória, por género



### Encargos com pessoal



### Encargos com pessoal por anos



## 9. Ações de formação profissional

Em 2015, 120 trabalhadores dos 176 efetivos (68%), frequentaram 49 ações de formação em 220 participações, nomeadamente:

1. First International Conference – Heritages and Memories from the Sea – Universidade de Évora - 14 a 16 de janeiro de 2015 (21 horas) – 1 participante
2. Orçamento de Estado 2015/Encerramento de Contas de 2014 – OTOC - 22 e 23 de janeiro de 2015 (8 horas) - 5 participantes (32,00 € x 5 = 160 €)
3. Serviços Partilhados e Compras Públicas – Inovar com Valor – ESPAP - 11 de fevereiro de 2015 (4 horas) – 4 participantes
4. PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo – Fundação Francisco Manuel dos Santos - 19 de fevereiro de 2015 (3 horas) – 25 participantes
5. Seminário “Informação Geográfica, Cadastro e Gestão Territorial” - Universidade Nova de Lisboa – 19 de fevereiro de 2015 (7 horas) – 1 participante

6. Questões Significativas da Gestão da Água, QSIGA – APA - 24 de fevereiro de 2015 (3 horas) – 1 participante
7. O Novo Código do Procedimento Administrativo – CCDRA - 12 e 13 de março de 2015 (12 horas) – 23 participantes
8. O Novo Código do Procedimento Administrativo – CCDRA – 16 de março de 2015 (6 horas) – 11 participantes
9. O Novo Código do Procedimento Administrativo – CCDRA – 18 de março de 2015 (6 horas) – 26 participantes
10. Conference on Advanced Spatial Modeling and Analysis – Universidade de Lisboa – 12 de março de 2015 (7 horas) – 1 participante
11. Base de Dados Georeferenciada PostGis para registo e consulta das pretensões da REN – CCDRA - 14 de abril de 2015 (6 horas) – 15 participantes
12. II Fórum para a Coesão e para a Inovação Social – Fundação Eugénio de Almeida – 23 de abril de 2015 (7 horas) – 1 participante
13. 9º Fórum Nacional de Resíduos – 22 e 23 de abril de 2015 (14 horas) – About Blue, Comunicação, Lda – 1 participante (512,30 €)
14. “A construção que queremos” - 12 e 13 de maio de 2015 (14 horas) – Associação de Desenvolvimento Terras Dentro – 3 participantes
15. Programas Especiais e Planos Diretores Municipais: novos desafios no planeamento e gestão territorial – 19 de maio de 2015 (4 horas) - Universidade Nova de Lisboa – 1 participante

16. As alterações climáticas e a avaliação de impactes – 20 de maio de 2015 (8 horas) -  
APAI (Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes) – 1 participante (82,50 €)
17. Planear Cidades Habitáveis no Século XXI: Saúde, Ambiente e Coesão – 21 de maio de  
2015 (8 horas) – Universidade de Lisboa e IGOT – 2 participantes
18. Estratégia Nacional para o sector das lamas em Portugal – 27 de maio de 2015 (8 horas)  
– Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – 2 participantes –  
(65,00€ x 2 = 130,00€)
19. A Revisão do Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial-1 de junho de 2015 (8  
horas) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Instituto de Ciências Jurídico  
Políticas - 2 participantes (20,00 € x 2 = 40,00 €)
20. Territórios vulneráveis: o desafio da governação integrada – 4 de junho de 2015 (7 horas)  
– GOVINT e Fundação Calouste Gulbenkian – 2 participantes
21. Lei de Trabalho em Funções Públicas – 17 de junho de 2015 (6 horas) – CCDRA – 7  
participantes
22. Colóquio “Pão e Doçaria Alentejana” – 19 de junho de 2015 (7 horas) – Associação  
Terras Dentro – 1 participante
23. Vibração ambiental enquanto fator AIA – 24 de junho de 2015 (8 horas) – APAI – 1  
participante (82,50 €)
24. Seminário: As novas diretivas – Impacto das alterações no código dos contratos públicos  
– 25 de junho (7 horas) – Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação – 1  
participante (356,70 €)
25. TecGEO:MOOC de Ciência e Sistemas de Informação Geográfica – 29 de junho de 2015  
(7 horas) – Universidade Nova de Lisboa – 1 participante

26. Compromisso para o Crescimento Verde e Perspetivas do Alentejo 2020 – 21 de julho de 2015 (7 horas) – CCDRA – 3 participantes
27. Workshop “Portugal 2020” - 9 de setembro de 2015 (7 horas) – CCDRA – 4 participantes
28. III Residência Cisterciense – Vida privada, quotidianos e cultura material – 17 de setembro 2015 (21 horas) - Universidade de Évora – 1 participante
29. Seminário de Lançamento e Apresentação da 1ª Convocatória Programa INTERREG V – Espanha – Portugal – 23 de setembro de 2015 (7 horas) – CCDRA – 1 participante
30. Ordem Ecológica e Desenvolvimento, o Futuro do Território Português – 25 de setembro de 2015 (7 horas) – Instituto Superior de Agronomia – 1 participante
31. “O Montado e a Cortiça” - 25 de setembro de 2015 (7 horas) – Instituto Superior de Agronomia – 1 participante
32. Growing your business with Open Source – 1 de outubro de 2015 (7 horas) – SYONE – 1 participante
33. Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade – 6 e 7 de outubro de 2015 (16 horas) – SGS Portugal – 2 participantes
34. Ação de Sensibilização e Formação em Alterações Climáticas – 13 de outubro de 2015 (7 horas) – CCDRA – 4 participantes
35. Fundamentos de Avaliação de Impacte Ambiental – 22 e 23 de outubro de 2015 (14 horas) – APAI – 1 participante (123,75 €)
36. O Eucalipto – Produção e Ambiente – 23 de outubro de 2015 (7 horas) – Instituto Superior de Agronomia – 1 participante

37. Introdução ao QGIS – 26 e 27 de outubro de 2015 (12 horas) – CCDRA – 3 participantes
38. Seminário Territorial Área de Cooperação Centro de Portugal – Extremadura – Alentejo – 3 de novembro de 2015 (8 horas) – CCDRA e Junta da Extremadura – 1 participante
39. Sessões de Trabalho do Fundo Social Europeu: Custos Simplificados nos Programas Operacionais do Portugal 2020 – 6 de novembro de 2015 (7 horas) – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IGF e CE – 1 participante
40. Gestão da Segurança da Informação – 9 a 11 de novembro de 2015 (24 horas) – INA – 4 participantes (180,00 € x 4 = 720,00 €)
41. Avaliação Ambiental Estratégica – 16 e 17 de novembro de 2015 (14 horas) – APAI – 2 participantes (123,75 € x 2 = 247,50 €)
42. Workshop “Macro Estrutura Funcional (MEF)” - 18 de novembro de 2015 (4 horas) – Arquivo Distrital de Évora e CCDRA – 15 participantes
43. Higiene e Segurança no Trabalho – 23 de novembro de 2015 (6 horas) – CCDRA – 10 participantes
44. “Cadastro e Inventário de Bens e Gestão de Bens Móveis” - 24 de novembro de 2015 (8 horas) – QUIDGEST – 6 participantes
45. Encontro Nacional de Bioenergia – 26 de novembro de 2025 (8 horas) – BIOBIP – 1 participante
46. Segurança da Informação: Soluções Técnicas – 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015 (40h) – INA – 2 participantes (300,00 € x 2 = 600,00 €)
47. Introdução à criação e utilização de metadados e serviços de dados – 30 de novembro de 2015 (7 horas) – DGTerritório – 3 participantes

48. FORGEP – 16 de outubro a 12 de dezembro de 2015, com teste de avaliação a 8 de janeiro de 2016 – INA – 13 participantes (970,00 € x 13 = 12610,00 €)

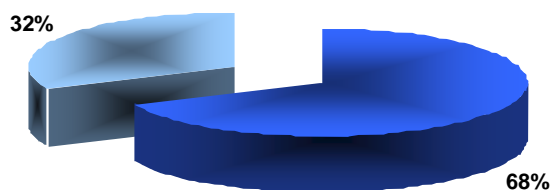
49. Workshop “Alentejo 2020” - 9 de dezembro de 2015 – CCDRA – 49 participantes.

As despesas com as ações de formação em 2015 totalizaram 6.935,25 €.

TIPO DE ACÇÃO/VALOR	VALOR (EUROS)
DESPEZA COM AÇÕES INTERNAS	0€
DESPEAS COM AÇÕES EXTERNAS	6.935,25 €
TOTAL	6.935,25€€

Participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação:

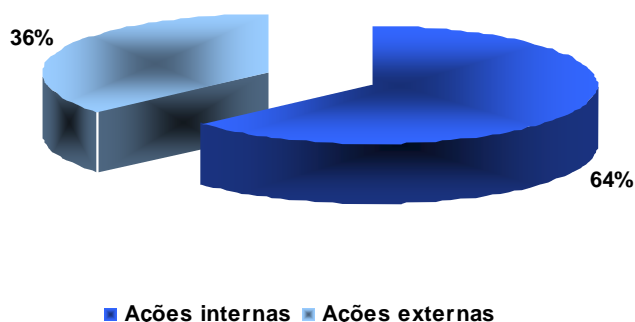
Trabalhadores com formação



■ com formação ■ sem formação



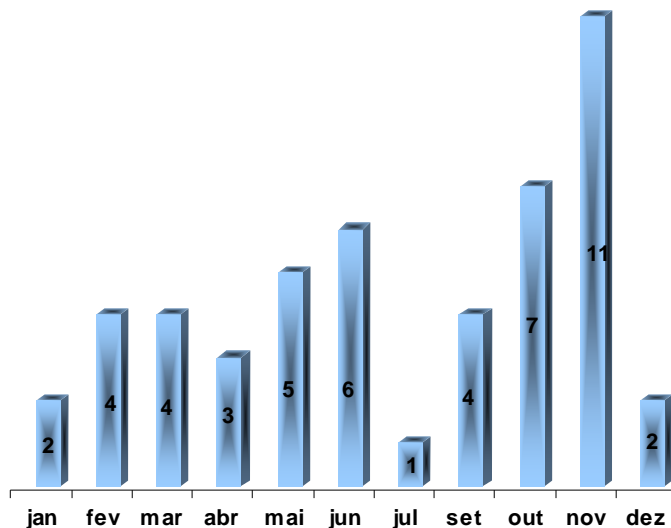
### Participações em ações de formação externas e internas



Participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação:

Cargo	Ações Internas	Ações Externas	Participações	Participantes
Dirigente Superior	1	2	3	2
Dirigente Intermédio	23	14	37	14
Técnico Superior	67	55	122	73
Coordenador Técnico	1	0	1	1
Assistente Técnico	32	3	35	19
Vigilante da Natureza	4	0	4	4
Assistente Operacional	6	0	6	4
Informático	6	6	12	3
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>80</b>	<b>220</b>	<b>120</b>

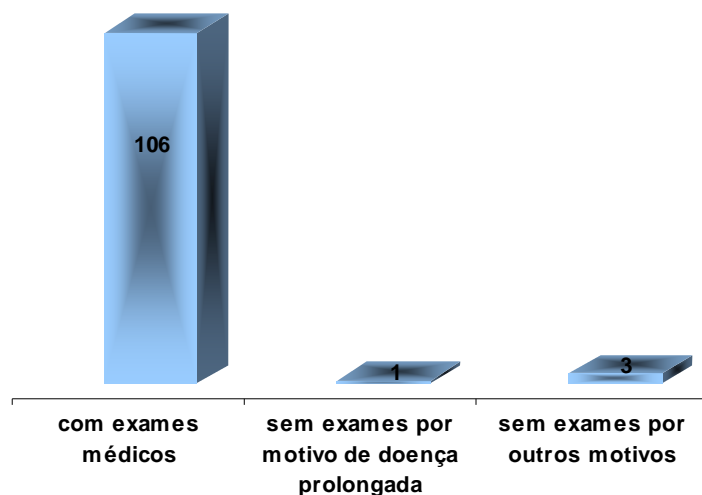
### Ações de formação por mês



## 10. Medicina no Trabalho - Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Ciente da importância que a Medicina no Trabalho representa para a organização e, face à necessidade de dar cumprimento às obrigações legais em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, previstas na Lei nº 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e nos demais diplomas legais, a CCDRA deu continuidade ao iniciado no ano transacto, fazendo um Contrato de Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho com a empresa KMED EUROPA, que abrangeu 110 trabalhadores (a partir dos 50 anos e as novas admissões) aos quais foram realizados exames médicos, quer na sede, quer nos serviços sub-regionais de Portalegre e de Santo André, através duma Unidade Móvel de Saúde. Nos SSR de Beja os trabalhadores deslocaram-se às instalações da KMED aí existentes.

### Medicina no trabalho para colaboradores a partir de 50 anos e novos colaboradores



## 11. Conclusão

A informação constante do Balanço Social da CCDR Alentejo faz dele um elemento facilitador da gestão do desempenho social e desenvolvimento do capital humano deste Organismo.

Efetivamente os recursos humanos apresentam-se, cada vez mais, como o recurso mais valioso em qualquer organização, pois é deles que depende a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias e o sucesso no cumprimento de forma eficaz e eficiente dos objetivos organizacionais.

Situar a CCDR Alentejo no seu contexto humano e social a apoiar a tomada de decisão aos níveis do planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos é, pois, o objetivo dos instrumentos de gestão produzidos, nomeadamente o do Balanço Social.

Devemos continuar a trabalhar e a envidar todos os esforços para que a CCDRA seja cada vez mais um organismo dinâmico e empreendedor, servindo o Alentejo, atendendo sempre às pessoas, ao seu desempenho e à sua motivação.

Este Balanço Social retrata a evolução deste organismo nos últimos anos e mostra-nos, de uma forma evidente, que:

1. Existe uma tendência acentuada no envelhecimento dos recursos humanos, importando que os novos quadros técnicos da CCDR Alentejo tenham o necessário tempo de integração na organização, de modo a que sejam um valor seguro, pelo que importará que futuros recrutamentos venham a conseguir inverter a tendência de envelhecimento supra mencionada;
2. Também é verificável uma redução de efetivos, a qual foi sentida por várias razões, entre elas a desagregação e a extinção de serviços, mas também com a saída de recursos humanos, em especial, por via da aposentação. Assim, importará dotar as várias unidades orgânicas dos recursos humanos absolutamente necessários para cumprimentos das respetivas atribuições;
3. Como fator positivo registe-se um maior grau de tecnicidade que os recursos humanos da CCDR Alentejo hoje apresentam, sendo que os grupos de trabalhadores que são titulares de graus habilitacionais mais baixos são atualmente em menor número, notando-se que o grupo dos licenciados apresenta hoje, proporcionalmente, um peso superior, o que permite naturalmente melhores níveis de desempenho da organização.

Dito isto, no ambiente externo em que vivemos, é fundamental proteger e desenvolver os recursos humanos, os quais são o maior ativo para a criação de vantagens competitivas sustentáveis.

O fenómeno do envelhecimento da sociedade e da população ativa tem marcadamente reflexos de âmbito social e económico nas organizações, pelo que a CCDR Alentejo não será exceção, devendo contudo saber adaptar-se aos novos tempos.

Por outro lado, importará que os recursos humanos sejam capazes de promover as mudanças a que uma organização como a CCDR Alentejo está sujeita e sejam eles os principais atores da modernização do organismo.

## **12. Anexos – Quadros 1 a 32**

*Texto convertido segundo o Acordo Ortográfico de 1990 em vigor.*

# **RELATÓRIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL 2015**

Elaborado no final de 2014, o Plano de Formação da CCDRA para 2015 foi cumprido quase na íntegra, tendo sido substituída a formação da área de ordenamento do território e não tendo sido realizada a formação da área de informática. Este plano era composto por 6 ações, dadas preferencialmente por formadores internos, perfazendo um total de 48 horas e o seu público-alvo seriam os Quadros Dirigentes, os Técnicos Superiores, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais, tendo como especial característica a abrangência a todos os grupos profissionais que exercessem funções nesta CCDRA.

## **ÁREAS E OBJETIVOS DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO**

### **PLANEADAS**

#### **Área de Ordenamento do Território**

**Operacionalização de Funcionalidade de Base de Dados Georreferenciada POSTGIS para registo e consulta das pretensões da REN (8 horas)**

**Objetivos** – O curso tinha como objetivo dar formação inicial aos trabalhadores que utilizassem a base de dados georreferenciada POSTGIS instalada em servidor, com acesso a partir do programa QUATUM GIS.

(Esta ação foi substituída pela ação de formação “Introdução ao QGIS”)

#### **Área de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

**Noções de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (8 horas)**

**Objetivos** – O curso tinha como objetivo dar aos formandos um conjunto de noções e conhecimentos indispensáveis para o trabalhador na área de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

#### **Área de Recursos Humanos**

**Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei nº 35/2014 de 20 de junho) (8 horas)**

**Objetivos** – O curso pretendia dar aos formandos algumas noções da nova lei geral do trabalho vigente desde junho de 2014.

## Área do Novo QCA 2014-2020

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para 2014-2020 (8 horas)

Objetivos – O curso pretendia dar algumas noções do novo QCA 2014-2020 com as regras comuns a todos os FEEI.

## Área de Arquivo

MEF – O novo plano de classificação documental (8 horas)

Objetivos – O curso pretendia dar algumas noções do Novo Plano de Classificação Documental - Macro Estrutura Funcional (MEF).

## Área de Informática

LibreOffice(8 horas)

Objetivos – O curso pretendia dar aos formandos algumas noções e conhecimentos na área do LibreOffice Draw, LibreOffice Math; LibreOffice Impress, LibreOffice Writer, LibreOffice Base e LibreOffice Calc.

(Esta ação de formação não foi realizada)

## Formação Profissional realizada em 2015

Em 2015, 220 participantes frequentaram 48 ações de formação, nomeadamente:

- **First International Conference – Heritages and Memories from the Sea – Universidade de Évora - 14 a 16 de janeiro de 2015 (21 horas) – 1 participante**
- **Orçamento de Estado 2015/Encerramento de Contas de 2014 – OTOC - 22 e 23 de janeiro de 2015 (8 horas) - 5 participantes (32,00 €x 5 = 160 €)**
- **Serviços Partilhados e Compras Públicas – Inovar com Valor – ESPAP - 11 de fevereiro de 2015 (4 horas) – 4 participantes**

- **PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo – Fundação Francisco Manuel dos Santos - 19 de fevereiro de 2015 (3 horas) – 25 participantes**
- **Seminário “Informação Geográfica, Cadastro e Gestão Territorial” - Universidade Nova de Lisboa – 19 de fevereiro de 2015 (7 horas) – 1 participante**
- **Questões Significativas da Gestão da água, QSIGA – APA - 24 de fevereiro de 2015 (3 horas) – 1 participante**
- **O Novo Código do Procedimento Administrativo – CCDRA - 12 e 13 de março de 2015 (12 horas) – 23 participantes**
- **O Novo Código do Procedimento Administrativo – CCDRA – 16 de março de 2015 (6 horas) – 11 participantes**
- **O Novo Código do Procedimento Administrativo – CCDRA – 18 de março de 2015 (6 horas) – 26 participantes**
- **Conference on Advanced Spatial Modeling and Analysis – Universidade de Lisboa – 12 de março de 2015 (7 horas) – 1 participante**
- **Base de Dados Georeferenciada PostGis para registo e consulta das pretensões da REN – CCDRA - 14 de abril de 2015 (6 horas) – 15 participantes**
- **II Fórum para a Coesão e para a Inovação Social – Fundação Eugénio de Almeida – 23 de abril de 2015 (7 horas) – 1 participante**
- **9º Fórum Nacional de Resíduos – 22 e 23 de abril de 2015 (14 horas) – About Blue, Comunicação, Lda – 1 participante (512,30 €)**
- **“A construção que queremos” - 12 e 13 de maio de 2015 (14 horas) – Associação de Desenvolvimento Terras Dentro – 3 participantes**



- **Programas Especiais e Planos Diretores Municipais: novos desafios no planeamento e gestão territorial – 19 de maio de 2015 (4 horas) - Universidade Nova de Lisboa – 1 participante**
- **As alterações climáticas e a avaliação de impactes – 20 de maio de 2015 (8 horas) - APAI (Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes) – 1 participante (82,50 €)**
- **Planear Cidades Habitáveis no Século XXI: Saúde, Ambiente e Coesão – 21 de maio de 2015 (8 horas) – Universidade de Lisboa e IGOT – 2 participantes**
- **Estratégia Nacional para o sector das lamas em Portugal – 27 de maio de 2015 – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas – 2 participantes – (65,00€x 2 = 130,00€)**
- **A Revisão do Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial-1 de junho de 2015 (8 horas) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Instituto de Ciências Jurídico Políticas - 2 participantes (20,00 €x 2 = 40,00 €)**
- **Territórios vulneráveis: o desafio da governação integrada – 4 de junho de 2015 (7 horas) – GOVINT e Fundação Calouste Gulbenkian – 2 participantes**
- **Lei de Trabalho em Funções Públicas – 17 de junho de 2015 (6 horas) – CCDRA – 7 participantes**
- **Colóquio “Pão e Doçaria Alentejana” – 19 de junho de 2015 – Associação Terras Dentro – 1 participante**
- **Vibração ambiental enquanto fator AIA – 24 de junho de 2015 – APAI – 1 participante (82,50 €)**

- **Seminário: As novas diretivas – Impacto das alterações no código dos contratos públicos – 25 de junho – Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação – 1 participante (356,70 €)**
- **TecGEO:MOOC de Ciência e Sistemas de Informação Geográfica – 29 de junho de 2015 (7 horas) – Universidade Nova de Lisboa – 1 participante**
- **Compromisso para o Crescimento Verde e Perspetivas do Alentejo 2020 – 21 de julho de 2015 (7 horas) – CCDRA – 3 participantes**
- **Workshop “Portugal 2020” - 9 de setembro de 2015 (7 horas) – CCDRA – 4 participantes**
- **III Residência Cisterciense – Vida privada, quotidianos e cultura material – 17 de setembro 2015 (21 horas) - Universidade de Évora – 1 participante**
- **Seminário de Lançamento e apresentação da 1ª Convocatória Programa INTERREG V – Espanha – Portugal – 23 de setembro de 2015 (7 horas) – CCDRA – 1 participante**
- **Ordem Ecológica e Desenvolvimento, o Futuro do Território Português – 25 de setembro de 2015 (7 horas) – Instituto Superior de Agronomia – 1 participante**
- **O Montado e a Cortiça” - 25 de setembro de 2015 (7 horas) – Instituto Superior de Agronomia – 1 participante**
- **Growing your business with Open Source – 1 de outubro de 2015 (7 horas) – SYONE – 1 participante**
- **Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade – 6 e 7 de outubro de 2015 (16 horas) – SGS Portugal – 2 participantes**
- **Ação de Sensibilização e Formação em Alterações Climáticas – 13 de outubro de 2015 (7 horas) – CCDRA – 4 participantes**

- **Fundamentos de Avaliação de Impacte Ambiental – 22 e 23 de outubro de 2015 (14 horas) – APAI – 1 participante (123,75 €)**
- **O Eucalipto – Produção e Ambiente – 23 de outubro de 2015 (7 horas) – Instituto Superior de Agronomia – 1 participante**
- **Introdução ao QGIS – 26 e 27 de outubro de 2015 (12 horas) – CCDRA – 3 participantes**
- **Seminário Territorial Área de Cooperação Centro de Portugal – Extremadura – Alentejo – 3 de novembro de 2015 (8 horas) – CCDRA e Junta da Extremadura – 1 participante**
- **Sessões de Trabalho do Fundo Social Europeu: Custos Simplificados nos Programas Operacionais do Portugal 2020 – 6 de novembro de 2015 (7 horas) – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IGF e CE – 1 participante**
- **Gestão da Segurança da Informação – 9 a 11 de novembro de 2015 (24 horas) – INA – 4 participantes (180,00 €x 4 =720,00 €)**
- **Avaliação Ambiental Estratégica – 16 e 17 de novembro de 2015 – APAI – 2 participantes (123,75 €x 2 = 247,50 €)**
- **Workshop “Macro Estrutura Funcional (MEF)” - 18 de novembro de 2015 (4 horas) – Arquivo Distrital de Évora e CCDRA – 15 participantes**
- **Higiene e Segurança no Trabalho – 23 de novembro de 2015 (6 horas) – CCDRA – 10 participantes**
- **“Cadastro e Inventário de Bens e Gestão de Bens Móveis” - 24 de novembro de 2015 (8 horas) – CCDRA E QUIDGEST – 6 participantes**
- **Encontro Nacional de Bioenergia – 26 de novembro de 2025 (8 horas) – BIOBIP – 1 participante**

- **Segurança da Informação: Soluções Técnicas – 30 de novembro a 4 de dezembro de 2015 – INA – 2 participantes (300,00 €x 2 = 600,00 €)**
- **Introdução à criação e utilização de metadados e serviços de dados – 30 de novembro de 2015 (7 horas) – CCDRA e DGTerritório – 3 participantes**
- **FORGEP – 16 de outubro de 2015 a 8 de janeiro de 2016 – INA – 13 participantes (970,00 €x 13 = 12610,00 €)**

